



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

LUCILENE DA CONCEIÇÃO PINTO

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO ALUNO DA EJA NO
REGRESSO À ESCOLA: Análise realizada na Escola Carlos
Sarmento, Distrito de Miritituba, Itaituba-Pará.**

ITAITUBA-PA

2018

LUCILENE DA CONCEIÇÃO PINTO

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO ALUNO DA EJA NO
REGRESSO À ESCOLA: Análise realizada na Escola Carlos
Sarmiento, Distrito de Miritituba, Itaituba-Pará.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em Pedagogia.
Orientador: Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

ITAITUBA-PA

2018

PINTO, Lucilene da Conceição.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO ALUNO DA EJA NO REGRESSO À ESCOLA: Análise realizada na Escola Carlos Sarmento, Distrito de Miritituba, Itaituba-Pará.

F.77:il.

Orientador: Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) Graduação em Pedagogia – Faculdade de Itaituba – FAI, 2018.

1.Transformação Social do Aluno da Eja no Regresso à Escola, Dhemesbraene Soares da Silva. Faculdade e Itaituba, BR – PA, 2018

LUCILENE DA CONCEIÇÃO PINTO

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO ALUNO DA EJA NO
REGRESSO À ESCOLA: Análise realizada na Escola Carlos
Sarmiento, Distrito de Miritituba, Itaituba-Pará.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Prof. Francisco Claudio de Souza Silva. Dr.

Avaliador: _____ Nota: _____
Prof. Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Avaliador: _____ Nota: _____
Prof^a. Lucia Maria Costa Cruz, Esp.

Resultado: _____ Média: _____

Data: 06 de janeiro de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me oportunizado para chegar ao final dessa caminhada com saúde e ter me dado sabedoria para desenvolver este trabalho de conclusão de curso, ao meu orientador por ter sido paciente nos momentos que precisei, todos os professores, amigos e familiares que estiveram presentes durante os momentos de aprendizado e que contribuíram para esta vitória.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, que é a minha fortaleza, meu escudo, e por isso me deu saúde e força para persistir e conquistar meus objetivos. À minha família, que contribuiu com paciência e por acreditar em mim, me apoiando toda vez que precisei ficar ausente nas minhas jornadas de estudo.

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo teve como principal objetivo analisar a TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO ALUNO DA EJA NO REGRESSO À ESCOLA: Análise realizada na Escola Carlos Sarmiento, Distrito de Miritituba, Itaituba-Pará. Buscou-se entender através de pesquisa bibliográfica, quais as principais dificuldades enfrentadas para continuar a escolaridade dos alunos da modalidade da Educação Jovens Adultos, identificar e avaliar a relevância desses fatores de ensino aprendizagem que possam vir a inviabilizar o sucesso escolar desses aprendizes. Esse trabalho também auxilia no conhecimento de como se aplica a educação de jovens e adultos - EJA, na atualidade, e a maneira que contribui para a aprendizagem na vida dos alunos possibilitando ao aluno o conhecimento teórico, no sentido de refletir e rever a metodologia destinada e aplicada e o verdadeiro papel da escola na sociedade. Em suma o conhecimento adquirido sobre o tema, durante a realização deste trabalho tem-se uma breve caracterização do perfil dos educandos da EJA, um esclarecimento sobre o papel da escola na formação desse alunado, algumas observações sobre o conteúdo oferecido baseados nos questionários aplicados aos discentes da instituição e outros subsídios que nos permitem fazer um desenho sobre os temas que são ofertados pelas escolas durante a formação desses alunos que buscam a Educação de jovens e adultos.

Palavras-chave: EJA, Transformação Social, Ensino – Aprendizagem.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Especial Especializado
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
CEE – Conselho Estadual de Educação
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
DA – Dificuldade de Aprendizado
ENCEJA – Exame para Certificação de Competência de Jovens e Adultos
ENEJAs - Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EJA – Educação de Jovens e Adultos
LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FEPLAN – Fundação Educacional Padre Landell de Moura
FNEP - Fundo Nacional do Ensino Primário
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA - Movimento de Alfabetização
PAS - Programa Alfabetização Solidária
PIB – Produto Interno Bruto
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE – Programa de Desenvolvimento da Escola
IES – Instituto de Ensino Superior
PBA – Programa Brasil Alfabetizado
PCNS – Parâmetros Curriculares Nacionais
PNA - Plano Nacional de Alfabetização

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEA - Serviço de Educação de Adultos

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SNC – Sistema Nervoso Central

SRM – Sala de Recurso Multifuncionais

ONGS – Organização Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01:	Quantos anos você ficou afastado da escola?.....	71
GRÁFICO 02:	O que motivou a afastar-se da escola?.....	72
GRÁFICO 03:	Você deseja continuar os estudos após a EJA?.....	73
GRÁFICO 04:	Qual a renda mensal da família?.....	73
GRÁFICO 05:	O que o motivou a retornar à escola?.....	74
GRÁFICO 06:	Até que série seus pais ou responsáveis estudaram?.....	75
GRÁFICO 07:	Em sua vida escolar quando criança. Você ficou retido em alguma série?.....	75
GRÁFICO 08:	A EJA está respondendo suas expectativas?.....	76
GRÁFICO 09:	O que você mais gosta na EJA?.....	76
GRÁFICO 10:	Como você vê o apoio de seus familiares?.....	77

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	ABORDAGEM HISTÓRICA E TEÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	14
1.1	INTRODUÇÃO HISTÓRICA DA EJA.....	14
1.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EJA NO BRASIL.....	20
1.2.1	Projeto Minerva.....	26
1.2.2	Movimento Brasileiro De Alfabetização – Mobral.....	31
1.2.3	Programa Alfabetização Solidária – PAS.....	36
1.2.4	Brasil Alfabetizado.....	41
1.2.5	Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos- ENCCEJA.....	44
1.3	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EJA.....	47
2	EVASÃO ESCOLAR: PROBLEMAS COMUNS, CAUSAS DISTINTAS	52
2.1	DIFICULDADES NO APREDIZADO DO ALUNO DA EJA.....	52
2.2	DIFICULDADES DE CONCIAR ESCOLA E TRABALHO.....	57
2.3	RELAÇÕES FAMÍLIA E ESCOLA.....	62
3	TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO ALUNO DA EJA NO REGRESSO À ESCOLA: ANÁLISE REALIZADA NA ESCOLA CARLOS SARMENTO, DISTRITO DE MIRITUBA, ITAITUBA-PARÁ.....	68
3.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	68
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.....	69
3.3	PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	70
3.4	ANÁLISE DA PESQUISA.....	71
	CONCLUSÃO.....	78
	BIBLIOGRAFIA.....	79

INTRODUÇÃO

Este Artigo deu-se início com pesquisa realizada na ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CARLOS SARMENTO, localizada no Distrito de Miritituba que fica ao lado direito do rio Tapajós no município de Itaituba/Pá, com intuito de promover uma análise, sobre as principais causas que motivam a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos – EJA. A EJA que é uma modalidade de ensino que tem como objetivo oportunizar aos jovens e adultos que não deram continuidade ou não tiveram a oportunidade de ingressar ao Ensino Fundamental na idade adequada. Um sistema de Ensino que ultrapassa todos os níveis da educação básica deste país e que é assegurado por lei LDB (Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96).

A evasão a cada ano mesmo com programas de incentivo para manter os alunos na sala de aula e com políticas públicas e pactos educacionais, ainda assim, o índice de abandono escolar é muito expressivo, sendo claramente observado que estes incentivos não são suficientes para alcançar o êxito desejado. Embora seja destacado o ensino-aprendizagem desenvolvido nas escolas, o insucesso dos alunos dar-se também ao desentrosamento entre aluno/professor que chega muitas vezes apresentar um rendimento insatisfatório, causando assim, a desistência desses indivíduos que acabam enfrentando também a dificuldade na hora de ingressar no mercado de trabalho.

Atualmente o mercado de trabalho exige que as pessoas concluam seus estudos se qualificando profissionalmente, para se tornarem aptos a concorrer uma vaga para se inserir no mercado de trabalho, e para conseguir essa qualificação profissional é necessário que as pessoas concluam seus estudos, e a EJA, ainda é a melhor modalidade de ensino, que contribui e facilita para que esse processo seja feito de forma mais rápida de maneira qualificada e assegurado por lei sem risco de prejuízo para o educando se capacitar tecnicamente para competir às vagas oferecidas no mercado de trabalho.

Haja vista que a educação escolar é o passo mais importante para vida de qualquer indivíduo, para o sucesso na sua vida social e profissional. Um assunto muito debatido entre os profissionais da educação é participação dos pais na política educacional, já que se acredita que esta participação é essencial para o aprendizado e a permanência dos alunos em sala de aula. Esta preocupação com evasão escolar

são motivos de pesquisa por grandes instituições como: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) – Pesquisa realizada no ano de 2011 - que ao realizar suas pesquisas nos revelam dados alarmantes para a desistência do aluno no âmbito escolar. O Censo Escolar mostra que mais de um milhão de jovens não concluíram o ensino fundamental.

Contudo, a problemática do abandono escolar continuará sendo tema de muita discussão no meio dos profissionais da área educacional. No entanto, são diversas as causas da evasão escolar, como por exemplo, gravidez na adolescência, condições socioeconômicas, repetências do aluno, envolvimento com a criminalidade, *déficits* na administração escolar e uso de entorpecentes, buscando implantar políticas públicas voltadas para melhoria da qualidade de ensino, no intuito de garantir a permanência dos alunos em sala de aula.

Mediante da Situação Problema questiona-se: Quais os motivos que levam os alunos da EJA a evadir-se da escola? Este projeto de pesquisa delimitou-se a pesquisas bibliográficas, dando ênfase a uma abordagem qualitativa, dissertando sobre a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Dentre as questões tem-se as Hipóteses relevantes que interferem diretamente ao processo Educacional da Escola Contemporânea como: Condições socioeconômicas, Repetências, Falta de motivação, *Déficits* na administração educacional, Professores inaptos para exercer a profissão.

1 ABORDAGEM HISTÓRICA E TEÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1.1 INTRODUÇÃO HISTÓRICA DA EJA.

No decorrer do tempo a modalidade EJA – educação de Jovens e adultos passou por inúmeras modificações em sua trajetória histórica e estreitar relação com as mudanças sociais, econômicas e políticas que caracterizam diversos momentos do País, visando sempre melhorar a qualidade de ensino, contudo a escola ainda enfrenta muitas barreiras, como a evasão escolar; que é uma problemática social bem visível em nossa sociedade que assola especialmente as classes mais inferiores do nosso país, que deixa uma grande parcela de crianças, adolescente e jovens/adultos a mercê da sociedade. Esse fato contribui ainda mais para desigualdade social prejudicando principalmente o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos envolvidos.

A principal causa de evasão escolar entre os jovens de 15 a 17 anos, que estão inserido na modalidade EJA, consisti na maioria das vezes na “falta de interesse” por parte dos jovens na idade escolar, acarretando consequências visíveis na vida desses jovens na hora de buscar a inserção no mercado de trabalho deparando-se com a barreira da não qualificação por não terem concluído ao menos o ensino médio, é notória a preocupação na sociedade com este problema relacionado com a falta de instrução na vida dos jovens, e é realmente muito preocupante a não permanência escolar na EJA, na vida adulta sendo que esta modalidade de ensino é a oportunidade que esses jovens tem para se qualificarem, o que teria despertado realizar uma pesquisa de campo e bibliográfica sobre tal problemática.

A constituição afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado, mais infelizmente nem sempre a classe menos favorecida tinha acesso à escola, Soares (2002, p. 8) enfatiza que:

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino.

Vale ressaltar que foi a constituição Imperial de 1824, que buscou dar um sentido mais abrangente para a educação, garantindo a todas as pessoas a educação primária. Lamentavelmente esta lei não foi colocada em prática, ficando assim só no papel. Pois o governo Imperial assegurava apenas quem tinha poder aquisitivo, ou seja, somente as grandes elites desfrutavam do acesso a escolaridade. “Mesmo com a instauração da República e a Promulgação da Constituição de 1891, as taxas de analfabetismo não se alteraram significativamente no país” (HADDAD; DIPIERRO, 2000, p 52).

Exclusivamente com a Revolução de 1930, as alterações políticas e econômicas viabilizaram o princípio do fortalecimento de um sistema público de educação básica no país. A Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva aos adultos (LOPES; SOUSA, 2005, p. 29)

Em todo o Estado perdurava um grande dilema de como agregar as chamadas classes baixas (homens e mulheres pobres livres, negros e negras escravos, livres e libertos) nos processos instrução formal. Desde Ato Constitucional de 1834, ficou sob a supervisão das províncias a orientação primária e secundária de todas as pessoas, mas que foi atribuída principalmente para jovens e adultos.

Constituiu na esfera estadual o ensino supletivo que se fixou seu reinando, entretanto, a desigualdade em sua promessa. A Lei Federal propôs que o Ensino Supletivo fosse regimentado pelos respeitantes Conselhos Estaduais de Educação isso designou uma ampla multiplicidade tanto no modo de organização como de nomenclaturas de vários programas oferecidos pela esfera estadual. Praticamente em todas as unidades da Federação foram criados órgãos específicos para o Ensino Supletivo dentro das Secretarias de Educação, cuja intervenção privilegiada era no ensino de 1º e 2º graus, sendo raras as iniciativas no campo da alfabetização de adultos.

Vale lembrar que a educação de jovens e adultos era abarrotada de um preceito missionário e caritativo. A alfabetização destes cidadãos era prática de benevolência das pessoas letradas a todo e qualquer indivíduo. “Era preciso ‘iluminar’ as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse

progresso” (STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 261). Desde então a alfabetização de jovens e adultos passa a ser um ato de solidariedade.

Apenas com a Revolução de 1930, as modificações políticas e econômicas consentiram o princípio da solidificação de um sistema público de educação primária no país. A Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva aos adultos (LOPES; SOUSA, 2005, p. 115).

O regulamento da educação primária dá início recebendo alunos maiores de quinze anos, com aulas noturnas e divididas em duas seções uma para os que não tinham nenhuma instrução e outra para aqueles que já possuíam alguma escolaridade. Esse estatuto previa diferentes aulas noturnas para esse público, e os docentes mesmo sem nenhuma remuneração se dispuseram em ministrar essas aulas, expressando um ato de generosidade em relação à docência para adultos.

Dessa maneira, a educação de adultos no Brasil se estabelece como tema de política educacional, principalmente com início nos anos 40 quando, de acordo Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p. 156) começaria a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola. Assim essa tendência se anunciou em diversas obras e programas governamentais, nos anos 40 e 50.

Além de ações na esfera local e estadual merecem ser citadas, por causa de sua abrangência nacional, a fundação do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) em 1942; do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947; da Campanha de Educação Rural iniciada em 1952, e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958. Vieira (2004, p. 24) reconhece a contribuição dessas iniciativas para a diminuição dos índices de analfabetismo da época no Brasil, no entanto, alerta para o objetivo que também possuíam de aumentar a base eleitoral já que os analfabetos não tinham direito ao voto, e de elevar a produtividade da população.

Paulo Freire lutou sempre para acabar com a educação elitista, lutando a favor da alfabetização de jovens e adultos, Paulo Freire tinha como desígnio uma educação democrática e libertadora, ele parte da realidade, da vivência dos educandos, pois para ele o indivíduo deveria ser educado de dentro para fora e isso era sinal de libertação do homem. Segundo Aranha (1996, p.209):

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um “fazedor de cultura” e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra.

Surgiram então iniciativas em favor da Educação de jovens e adultos, na década de 90. O governo delegou aos municípios que empenhassem no desenvolvimento desta política, então começam as parcerias entre município, populares, grupos informais, Fórum estaduais, nacionais, universidades e Nos, e através dos Fóruns a partir de 1997 a história da EJA começa a ser marcada no intitulado “Boletim da Ação Educativa”. As políticas direcionadas à prática educacionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é necessário refletir não só na maneira que venha possibilitar o exercício e certificação dos adultos analfabetos.

Proporcionar a essas pessoas a oportunidade de obter formação integral é necessário investir a capacitação e qualificação do professor que trabalha com a educação de Jovens e Adultos é de suma importância para que este docente possa desenvolver seu trabalho em sala de aula com qualidade. E também para que estes profissionais não reproduzam em suas aulas as mesmas metodologias aplicadas com alunos do ensino tradicional.

O docente da EJA precisa contribuir na reinserção do estudante no sistema formal de ensino e para tal finalidade, esse profissional deve ter conhecimento pleno das normas e leis que são elaboradas para essa modalidade educacional. O propósito da Educação de Jovens e Adultos, diferente de outras políticas de alfabetização de adultos, não pode se deter apenas a certificação ou o treinamento para o mercado de trabalho; é necessário que este ensino possa abonar na qualificação profissional continuada.

É preciso ter um significado maior, favorecer uma formação total do sujeito, oferecendo a este cidadão o direito de participar e intervir na sociedade na qual está inserido, o direito de transformar-se em cidadão pleno. Deve também possibilitar o desenvolvimento de talentos. Para Freire (1979), esta é uma das funções da educação dirigida a jovens e adultos; ela humaniza o homem.

Determinar a Educação de jovens e Adultos a começar da teoria conceitual da Educação Popular nos parece necessário, já que entendemos que diversos autores partilham hoje do mesmo ponto de vista que a EJA é bem mais entendida na medida em que a entendemos como Educação Popular. (BARRETO, 2005, p.43). Ao nos debruçarmos sobre a história da EJA no Brasil, estamos também nos debruçando sobre a história da Educação Popular (EP) do país, sobretudo, se estivermos tratando de meados do século XX, onde a EJA recebeu avanços no que diz respeito à dimensão política e legal da modalidade, a partir de movimentos populares, como veremos adiante. Num esforço de ilustrar a importância dessa relação EJA/EP Barreto recorre a Freire:

A Educação de Adultos, virando Educação Popular, tornou-se mais abrangente. Certos programas como alfabetização, educação de base em profissionalização ou em saúde primária são apenas uma parte do trabalho mais amplo que se sugere quando se fala em Educação Popular. Educadores e grupos populares descobriram que Educação Popular é sobretudo o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. (FREIRE, 2003, p.16apud BARRETO, p.44/45, 2005).

Contudo, podemos afirmar que a escola também deve trabalhar de acordo com a comunidade, é impossível desvincular a realidade escolar da realidade em que seu alunado está inserido, trazendo para sala de aula um pouco da cultura local, mostrando ao educando o quanto ele será beneficiado socialmente após alcançar um grau de escolaridade, apontar as oportunidades que o mercado de trabalho oferece pra pessoas com maior grau de conhecimento. Deixando-os cientes que a maioria dos jovens que não conseguem entrar no mercado de trabalho é por não ter qualificação profissional.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EJA NO BRASIL

Com base na LDB – Leis de diretrizes e Bases. A LEI. 5692/71, de 11 de agosto de 1971, foi a primeira legislação que faz referência à EJA, com o objetivo geral de proporcionar ao educando a formação indispensável ao seu desenvolvimento e suas potencialidades e práticas para realização e qualificação para o mercado de trabalho e preparar o indivíduo para viver na sociedade. Conforme a Lei 5692/71, em capítulo próprio acerca do Ensino Supletivo. Esta

modalidade de ensino foi regulamentada dispondo das seguintes principais atribuições: a suplência, o suprimento, a e a qualificação, mediante a oferta de cursos e exames supletivos (SOARES, 2001, p.206).

Com a Constituição Federal de 1988, as políticas educacionais tornam-se mais expressivas pertinentes à EJA, pois, é ela que assegura, no princípio dos Direitos Individuais e Coletivos, o direito à Educação a todos os cidadãos brasileiros, visto que o artigo 208 diz que: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL,1988, p. 85).

A escola tem um papel de fundamental importância na vida da pessoa, pois ela é um espaço social onde há diversas situações no dia a dia da, isso se dá pelo resultado do modo de vida em sociedade, ou seja, o contexto social no qual a escola está inserida. Porém a escola ainda enfrenta muitos obstáculos, como a evasão escolar; é uma problemática social bem visível que assola principalmente classes mais inferiores do nosso país, que deixa uma grande parcela de crianças, adolescente e jovens/adultos a mercê da sociedade. Esse fato contribui ainda mais para desigualdade social e principalmente prejudica o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos envolvidos.

Baseado em citações de autores e entre várias pesquisas foi notoriamente observado que a evasão dos alunos das escolas é fruto de um processo histórico chamado desigualdade social, configura-se nas relações sociais e de produção, que dividiram e ainda dividem a sociedade em grupos econômicos diferente. Tratando-se da relação entre renda e níveis educacionais da população brasileira e do papel que o sistema educacional exerce na manutenção da desigualdade social. Neste sentido, o sistema educacional é considerado um elemento da crise da estrutura do capitalismo, diante de desafios e limites que se impõem na construção da autonomia do sujeito.

O sistema educacional assume, portanto, um papel fundamental na manutenção da alienação e da divisão social do trabalho, na medida em que as escolas têm se configurado como um espaço estratégico de convivência social, moderada pela reprodução da dinâmica da sociedade capitalista. No intuito de compreender a evasão escolar e sua abrangência nas escolas brasileiras, foram envolvendo questões financeiras e psicoemocionais dos alunos, fatores

socioculturais, institucionais e aqueles ligados à economia e à administração pública, faz-se necessário esclarecer que o estudo feito neste artigo se refere a questões institucionais envolvendo o trabalho educacional realizados nas escolas públicas.

A partir daí, considera-se necessária a aproximação daqueles estudiosos e pesquisadores que se ocuparam em desvendar o problema da evasão escolar, suas causas e consequências, mas especificamente na educação de crianças e jovens. Dentro deste contexto pode-se concluir que a educação fundamental brasileira anda de costas para o futuro.

Este trabalho foi desenvolvido mediante pesquisas sobre a problemática do abandono escolar que persiste em nosso país, mesmo com aplicações de políticas educacionais voltada para a modalidade de ensino para jovens e adulta (EJA). No Brasil a evasão escolar sempre esteve presente como desafio entre os profissionais da educação, comprometidos com a melhoria da qualidade de ensino. Existem fatores externo e do próprio sistema que influenciam significativamente para o índice alto de desistências dos alunos durante o ano letivo.

Alunos que não conseguem alcançar um bom desempenho escolar tendem ao abandono da sala de aula, e trazendo com isto prejuízo para sociedade escolar e comunitária, pois a maioria dos alunos de escolas públicas é oriunda das camadas populares, com problemas socioculturais que interferem diretamente no seu rendimento. Para discutir sobre a evasão escolar nas redes públicas de ensino, é necessário que conheçamos o funcionamento desta rede de ensino público no nosso país, e buscar métodos eficazes para prendermos a atenção de nossos alunos na sala de aula, dando a eles incentivo para que voltem no dia seguinte.

A educação, em primórdios, pode até ser constituída pelo sujeito a partir de seus interesses ou habilidades. “Porém ela só alcançará seus objetivos plenos se for realizada de acordo com os interesses que a sociedade estabelece com condições necessárias à sua própria manutenção” (DURKEIM, 1895, p. 54).

Apesar de frequentarem a escola todos os dias, a maioria não encontra motivação para dá continuidade em seus estudos, o aluno não consegue se identificar com os métodos educacionais utilizados nas redes de educação, muitas vezes não conseguindo terminar o ensino médio outros não concluem nem mesmo o ensino básico, mesmo ciente da necessidade desse estudo para ingressar no mercado de trabalho.

Apenas quem está envolvido diariamente com o ensino é que pode avaliar circunstâncias problemas e selecionar possíveis soluções. Para isso é importante que comunidade educadora e educando sejam trazidos para participar das políticas educacionais do Ministério da Educação - MEC. E essas políticas devem ser trabalhadas de acordo com a realidade dos municípios e comunidades, para melhor aprimoramento desses alunos.

É necessária a inovação de métodos de ensino aplicado em sala de aula onde o aluno aprenda a produzir e não só reproduzir o que é passado no quadro para que eles copiem. O aluno precisa se sentir capacitado para construir seu próprio trabalho, e se sentir valorizado pela sua capacidade de construir algo útil para sua comunidade, e reconhecimentos de seus professores.

Mesmo que o pensamento é de que a escola é para educar, podemos acrescentar a esses alunos que a escola é o melhor lugar para o seu desenvolvimento intelectual e desempenho de grandes projetos para sua vida profissional.

Torna-se relevante explicar que a produtividade será tomada sob dois aspectos: um diz respeito à conclusão dos estudos pelo aluno e o outro se amplia para abranger o próprio resultado da apropriação do saber em seu sentido mais amplo o, capaz de levar o aluno a se constituir como cidadão e sujeito histórico (VASCONCELOS 1995, P. 38).

Deve-se atentar para as principais causas do abandono por parte desses alunos, essa demanda a cada ano mais crescente por inúmeros motivos, que acarreta vários problemas tanto para o indivíduo quanto para comunidade em geral, portanto convém analisar se é simplesmente por falta de interesse pelos estudos, ou se as escolas não estão ofertando uma metodologia motivadora pra que os alunos despertem o desejo de buscar cada dia mais conhecimento, despertando no indivíduo o desejo de tornar cidadão critico, formador de suas próprias ideias e com isso diminuindo o índice de abandono.

Há grande preocupação por parte da comunidade escolar, em buscar soluções para fazer jovens e adultos voltarem para escola, contudo é preciso também profissionais comprometidos e capacitados para trabalhar metodologias inovadoras tornando o processo de ensino/aprendizagem um ato prazeroso entre educando e educador, profissionais que não desista de ensinar, que cada dia seja privilegio de mais uma conquista em sua pratica docente, pois, é percebido o

desanimo por parte dos educadores, diante da problemática da evasão em sala de aula.

É importante preparar o aluno de modo que o mesmo tenha segurança em lutar contra as dificuldades encontradas em todo o percurso percorrido ao longo de sua existência, relacionados todas as áreas de sua vida. De acordo com Libâneo *apud* Gadotti (1994, p. 12):

A pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem função de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual (...). A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difunda a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdades de condições.

A complexidade do ser humano é algo que deve ser levado em consideração na hora do planejamento de aplicação pedagógica em sala de aula, pois, cada indivíduo tem sua particularidade, uns com facilidade para entender o que está sendo aplicado, e outros com dificuldade para entender e assimilar o que está sendo ensinado em sala de aula, e essa dificuldade pode levar esse indivíduo e desistir de frequentar as aulas.

O problema da evasão escolar ainda que continue a persistir de forma preocupante, é possível buscar soluções para amenizar essa problemática, os profissionais da área de educação, comunidade, sociedade e governo, trabalhando em parceria, buscando inovar a maneira de ensinar e aprender nas escolas públicas com métodos inovadores e informatizados que faz parte da atualidade já que a construção de cidadãos instruídos é o essencial para formar cidadãos para contribuir para uma sociedade melhor.

No ponto de vista construtivista de Vygotsky (1998, p. 104), o socioconstrutivismo ou sociointeracionismo se resume no seguinte:

Todo conhecimento é construído socialmente, no âmbito das relações humanas. O desenvolvimento da inteligência é produto da convivência social impregnada de cultura. Na ausência do outro, o homem não se constrói homem. A linguagem interna caracteriza a individualidade. É o principal instrumento de intermediação do conhecimento entre os seres humanos. A linguagem tem relação direta com o desenvolvimento pedagógico.

Portando o trabalho do combate à evasão escolar deve ser um trabalho árduo e contínuo, para evitar que esses alunos, não desistam de construir sua própria história de forma culta e se tornarem cidadãos capazes de contribuir positivamente com a comunidade que estão inseridos. Tornando-os assim indivíduos dignos e aptos a contribuir para sociedade de forma que compartilhe seu aprendizado adquirido no decorrer da vida escolar em benefício da sua vida profissional.

O pensamento constituído pelo homem que a escola deve ser de fato o lugar que melhor prepara o sujeito de valores, e a multiplicidade destes alunos, deve ser repensada, e para que isso aconteça é importante que a família seja a base mais sólida na hora de preparar seus indivíduos para buscar conhecimento para a vida social. Não é só o professor em sala de aula, não são apenas os programas governamentais como o Bolsa-família, lançados para que as famílias mantenham seus filhos na escola. Segundo Adorno:

[...] educação não é modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar a partir do seu exterior, também não é a mera transmissão de conhecimento, mas a produção de uma consciência verdadeira, isto seria inclusive da maior importância política, formando pessoas emancipadas, conscientes e racionais. (ADORNO, 2003, p. 141).

As ações da família e da escola passam por influências nas decisões do contexto histórico-social. Podemos assegurar que os métodos educacionais da família e da escola, bem como as representações sobre elas, refletem no meio social em que estão inseridas. Escola e família é o alicerce no processo biopsicossocial, entretanto ainda há discordância no papel que cada instituição deve exercer dentro do método pedagógico. A LDB (93694/96) em seu artigo 37 § 1º discorre:

Os sistemas de ensino asseguram gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, p. 151).

Acredita-se que se a família tomasse para si o compromisso de educar seus filhos, dando-lhes a atenção devida, essa convivência com os pais ou responsáveis lhes passariam subsídios importantes para a sua consolidação pessoal como:

autoestima, compreensão e respeito às normas da escola. Assim, menos adolescentes abandonariam a escola, pois teriam uma visão mais ampla sobre a importância dos estudos nos dias de hoje. Deste modo haveria menos alunos em cursos que diferem de suas faixas etárias e menos alunos cursando o EJA.

Para Luck *apud* Paro (2000, p. 58). “[...] A participação dos pais junto aos filhos e a primeira associação possível entre o mundo da família e o da escola para que a criança inicie sua escolaridade”. A educação não é responsabilidade específica de um órgão ou instituição, educação é direito fundamentado e assegurado em lei, por isso, é de suma importância à participação entre família, comunidade e sociedade em geral. Para que as políticas públicas educacionais sejam aplicadas e aproveitadas com qualidade por parte da comunidade escolar. De acordo com a Constituição Federal Brasileira (1998):

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2015, p. 146).

A importância da participação dos pais em demonstrar interesse pelo trabalho desenvolvido com seus filhos na escola manifestando apoio a instituição de ensino que seu filho participa, contribui para um melhor desempenho do professor na aplicação da sua prática pedagógica, dando-lhes mais segurança. Esta parceria família e escola com o mesmo objetivo de formar cidadão para contribuir para o bem na sociedade. O contato direto entre pais e alunos só tem a somar para o sucesso escolar dos discentes, e que ao final do ano letivo com certeza trará resultado positivo.

1.2.1 Projeto Minerva

Na década de 70, teve funcionamento absoluto e se estendeu até os meados dos anos 80, o Projeto denominado como PROJETO MINERVA, este projeto foi um programa de governo federal que propôs o ensino a distância, objetivando educar pessoas adultas, neste período esse foi o maior projeto de ensino a distância de radiodifusão, oportunizando as pessoas a terem acesso a qualificação através de emissora de rádio a nível nacional, e também levando essa mesma oportunidade

para aquelas pessoas que moravam mais distantes através da transmissão nas rádios locais, nos lugares que não recebiam transmissão de outras regiões.

Num país onde há falta de escolas, de material didático e até lápis e caderno, só por intermédio dos mais eficientes recursos de comunicação de massas é possível estender a todo o povo os benefícios da cultura. Partindo desse princípio, a 29 de setembro de 1970 foi assinada uma portaria criando o Projeto Minerva – assim batizado em homenagem à deusa da sabedoria. Trata-se de uma propaganda educativa e cultural executada pelo Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação. O rádio foi escolhido como instrumento, pelo seu baixo custo. E o Primeiro Programa foi ao ar no dia 4 de outubro do passado. (COUTINHO, 1971, p.44).

O objetivo geral visado pelo governo era solucionar os problemas educacionais através da implantação de uma cadeia de rádio e televisão educativos para a população. Com a pretensão de preparar os estudantes com uma metodologia não convencional de ensino. Para isto o governo determinou horários obrigatórios para que esses programas educacionais fossem transmitidos. Os programas almejavam qualificar educandos para exames supletivos de capacitação ginásial e madureza ginásial, os alunos que não tinham condições de estudar em cursos preparatórios.

Mesmo com muitas críticas e baixo índice de aprovação o Projeto Minerva foi mantido até os meados de 1980, mais infelizmente este projeto não teve o êxito esperado, pois, mais da metade dos inscritos não conseguiram obter o diploma. O Projeto Minerva foi um marco, o maior projeto educativo de massa. As pessoas que executavam o mesmo não tinham nenhum referencial acadêmico, didático, pedagógico, para trabalhar e como montar uma aula pelo rádio para tantas pessoas.

Segundo Pimentel (1999, p.63) o objetivo geral do Projeto Minerva era “transmitir, através do rádio, programas educativos e culturais, aperfeiçoando o homem dentro da sua própria comunidade, e permitindo o seu desenvolvimento individual e coletivo”. Pimentel discorre cinco pontos básicos como objetivos específicos que deveriam ser alcançados:

A renovação e o desenvolvimento do sistema oficial de ensino e a difusão cultural;
O planejamento e a utilização dos horários reservados pela Portaria 408/70 para a programação educativa;
A complementação das atividades regulares do sistema oficial de ensino brasileiro; A possibilidade de uma educação continuada;
A divulgação de programação cultural do interesse das comunidades atingidas.
(1999, p.63-64)

Pimentel ainda adiciona informações suplementares relacionadas aos objetivos do Projeto Minerva ao assegurar, que não era um simples projeto de complementação de educação, mas também, significava que esse projeto daria o acesso às escolas, e conseqüentemente a capacitação das pessoas. Existem contradições em meio à o que Pimentel expõe sobre os objetivos do Projeto Minerva e o que Avelino Henrique dos Santos afirma na reportagem de Mariza Coutinho. Já que, o Gerente do Projeto Minerva diz que: “não pretendemos substituir de maneira nenhuma a escola e o professor”, e na sequência Santos completa, “o projeto se destina a complementação do trabalho de ensino regular e pode abranger qualquer nível de escolaridade, nos objetivos de formar e informar os que ouvem”. (1971, p. 44).

Ainda conforme Pimentel com relação aos objetivos do Projeto Minerva é delineado na continuidade dos objetivos específicos, o autor assegura que:

Esses objetivos mostravam que havia necessidade não só de um projeto que complementasse o sistema oficial de ensino – dando oportunidade a quem não tivesse acesso às escolas tradicionais ou permitindo uma complementação dos estudos –, mas que trouxesse modificações a este sistema, já que a transmissão da informação pelo rádio tem peculiaridades próprias, bem diferentes do processo regular de ensino. (1999, p.64)

No decorrer da declaração é notável um contra-sensos nas afirmações de Avelino Henrique dos Santos, em relação a não haver intenção de substituir a escola e o professor a ministrar aulas com métodos tradicionais e que o projeto em questão consistir apenas na complementação de qualificação dos alunos nele inserido, mas Santos finaliza dizendo que o objetivo deste Projeto Minerva é formar e informar. Esclarecendo então que havia sim intenção que as aulas radiofônicas viessem a suprir a ausência de professores e escolas pelo ensino a distância.

O Projeto Minerva foi concebido pelas instituições; Fundação Padre Landell de Moura, Fundação Padre José de Anchieta e Ministério da educação, baseada na Lei 5692, com ênfase na educação de jovens e adultos, este projeto foi criado com retrata fim de trazer resultados a curto prazo as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento do país que trazia, um cenário no momento de crescimento econômico onde a conjectura da educação era o de preparação de mão de obra qualificada.

Contudo, a educação de jovens adultos proporcionada pelo Projeto Minerva, trazia caráter supletivo, buscando prover e qualificar o trabalhador adulto para a inclusão desse público no mercado de trabalho. Conforme Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p. 65):

A suplência passou a constituir-se e oportunidade educativa para um largo segmento da população com três trajetórias escolares básicas: para os que iniciam a escolaridade na condição de adultos trabalhadores; para adolescentes e adultos jovens que ingressaram na escola regular e abandonaram há algum tempo, frequentemente motivado pelo ingresso no trabalho ou em razão de movimentos migratórios e finalmente para adolescentes que ingressaram e cursaram recentemente a escola regular, mas acumularam aí grandes defasagens entre a idade e a série cursada

Com este ponto de vista, o debate referente a esta suplência sugerida pelos autores mostra a finalidade de ensino do projeto minerva, ou seja, uma flexibilidade e adequabilidade que consente levar a educação para aqueles que por diferentes motivos não ingressaram na educação regular na idade adequada. O Projeto Minerva veio colaborar para qualificação das classes menos favorecida, mostrando de tal modo sua relevância para o ensino e especialmente sobre a magnitude da educação para que o cidadão pudesse exercer sua cidadania.

O início da radiodifusão no Brasil constituiu um momento favorável para o surgimento de rádios educativas em razão de não haver qualquer conhecimento anterior, a primeira emissora oficial a Radio Sociedade Rio de Janeiro, foi criada com fins exclusivamente educativos, deste modo, então aconteceram as primeiras transmissões que foram com propósitos educativos. Mas com quatro meses após a criação da Radio Sociedade o presidente Artur Bernardes autorizou oficialmente as irradiações com desígnios educacionais como destaca Milanez (2007, p. 19), alinhado com as exigências de funcionamento, inclusive formalizado no Artigo 3º dos Estatutos da “primogênita” que confirmava o ideal dos criadores. Foi “fundada com fins exclusivamente científicos, técnicos, artísticos e de pura educação popular, não se envolverá jamais em nenhum assunto de natureza profissional, industrial, comercial ou política”.

Neste período apenas pequeno grupo da elite tinha acesso ao rádio, deste modo o restante da população a então chamada classe menos favorecida não tinha acesso as informações que os fundadores apoiavam, Ortriwano explana as razões desse direcionamento de público:

Mas o rádio nascia como meio de elite, não de massa, e se dirigia a quem tivesse poder aquisitivo para mandar buscar no exterior os aparelhos receptores então muito caros. Também a programação não estava voltada para atingir aos objetivos a que se propunham seus fundadores: “levar a cada canto um pouco de educação, de ensino e de alegria”. Nasceu como empreendimento de intelectuais e cientistas e suas finalidades eram basicamente culturais, educativas e altruísticas. (1985, p.14).

O rádio começa a se transformar a partir da década de 1930, conforme Zuculoto (2003, p. 17), assinala que o rádio já é comercial, com linguagem e conteúdo de programação mais populares, já encaminhando para chamada “época de ouro”. Em 1931, brotam as principais regulamentações sobre a radiodifusão. Segundo Ortriwano (1985, p.15), “o rádio brasileiro já estava comprometido com os “reclames” (assim denominado na época) para garantir a sobrevivência”.

Com a divulgação do rádio e consentimento para construções de outras emissoras e que Getúlio cria a Hora do Brasil como enfatiza Milanez.

Consciente da força e do poder do veículo, Getúlio Vargas soube usufruir suas prerrogativas e, em 1936, criou a Hora do Brasil. O programa, eminentemente político, disseminava constantemente os discursos de Vargas e de outras autoridades do regime, acompanhado da apresentação de cantores populares, como um atrativo motivador. Em dezembro de 1939, o Estado refinaria seus mecanismos de controle e censura criando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigido por um dos mais importantes intelectuais do regime varguista: Lourival Fontes. O DIP tinha o objetivo de difundir o Estado Novo. (MILANEZ, 2007, p.27)

A execução de desempenho significou em meio a outras perspectivas da rádio educativa onde os alunados assistiam as aulas e recebiam orientações dos monitores. Aquelas pessoas que não conseguiam ir aos radiopostos, podiam se inscrever neste sistema e estudarem em suas casas ouvindo a rádio. Alguns dos cursos oferecidos foram realizados em parcerias com outras instituições de radiodifusão educativa, como a Fundação Educacional Padre Landell de Moura – FEPLAM e Fundação Padre Anchieta.

Por tanto a radio teve grande participação na história da evolução do acesso à educação para todos os cidadãos brasileiros colaborando significativamente no processo de alfabetização e conscientização, com o objetivo principal, a instrução e a qualificação para inserção ao mercado de trabalho já que a época estava o país se encontra no momento de desenvolvimento e crescimento econômico.

1.2.2 Movimento Brasileiro De Alfabetização – Mobral

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um órgão do governo brasileiro, instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de Março de 1968, conforme autorizado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que deveria atingir todo o país, influenciado pela proposta pedagógica de Paulo Freire (que recebia recursos estatais até então, e se tornara *persona non grata* ao regime). Porém essa proposta foi suprimida pelo golpe militar de 64 e substituída pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Contudo, o método de alfabetização usado pelo MOBRAL era fortemente influenciado pelo Método Paulo Freire, utilizando-se, por exemplo, do conceito de "palavra geradora". A diferença é que o Método Paulo Freire utilizava palavras tiradas do cotidiano dos alunos, enquanto, no MOBRAL, as palavras eram definidas a partir de estudo das necessidades humanas básicas por uma equipe técnica definida pelo governo. Sob a máscara de erradicação do analfabetismo, sua preocupação era somente fazer com que seus alunos aprendessem a ler e escrever, sem uma preocupação maior com a formação do homem.

Paulo Freire dizia que a educação não poderia ser vista apenas como ferramenta para a transmissão de conhecimentos e reprodução das relações de poder, mas sim como um ato político de libertação e emancipação das pessoas. Enxergava na relação pedagógica uma ação política. Pois compreender o saber como mera transmissão ou como criação e recriação humana; tratar o educando como sujeito ou objeto do processo, faz uma grande diferença na vida das pessoas (PEREIRA, 2006, p. 52).

Devido a ponderações que existia, esse momento foi fortemente caracterizado por movimento em prol da educação de adultos. Por causa dessa expectativa, é importante lembrar que estava entrando em pauta a discussão em relação do analfabeto e os demais, luta esta que transformou em um olhar preconceituoso sob estas pessoas como um indivíduo deficiente e inabilitado.

Sob a nova visão de docentes direcionada para uma educação conscientizada vale notar que de acordo com Stephanou e Bastos (2005, p. 268), o adulto não alfabetizado deveria ser aceito como alguém que produzia cultura e

saberes, contestando a concepção até então predominante do mesmo como ignorante e incapaz.

[...] no estilo norte-americano e, por isso mesmo, é usado numa visão mais complexa do que meramente o conhecimento da leitura e da escrita. O conceito de funcionalidade corresponde a um modo de estar adaptado às exigências da sociedade moderna e de sua relação com o sistema de produtividade e consumo. Com efeito, a comparação entre a funcionalidade na alfabetização e modernização da sociedade corresponde ao pensamento economista burguês, na avaliação entre papel social da alfabetização, e o de uma prática política, que influenciou o período do Estado Militar, com a criação do MOBRAL. (ESCOBAR, 2007, p.10)

Podemos visualizar um forte processo de transação entre a funcionalidade da alfabetização que envolve o MOBRAL, prioritariamente assegurado pela Lei nº 5.379, e a modernização da sociedade, portanto, o seu desenvolvimento econômico. Constituiu-se um pensamento de caráter econômico que guiou o período da ditadura civil-militar, com a criação do conhecimento educacional do MOBRAL, baseado numa alfabetização puramente funcional que objetivou à produtividade do sujeito.

A partir das ideias articuladas por Paulo Freire de um processo de alfabetização pela conscientização e de uma educação para a liberdade, vemos o surgimento de um paradigma que impulsionou esses movimentos reivindicatórios. Mas, todas essas mobilizações não incidiram sem os olhares cautelosos e descontentes da classe dominante, que se encontrava militarmente representada.

Neste momento, os militares, apoiados por amplos setores das classes médias e pelo empresariado brasileiro ligado ao capital internacional, assumiram o comando político da Nação e, num quadro de arbítrio e autoritarismo, foram combatendo e esfacelando todo e qualquer movimento democrático organizado.

No que diz respeito a esse dramático período na história de nosso país, Cunha e Góes (2002, pp. 6-35) tomam emprestado do compositor Chico Buarque de Holanda, o seguinte verso de uma de suas composições: “A gente quer ter voz ativa / No nosso destino mandar / Mas eis que chega a roda-viva / E carrega o destino pra lá”.

Nesse sentido, deve-se dizer que o destino foi “carregado pra lá”, pois, após o golpe militar, no terreno da educação, buscou-se desenvolver uma política educativa que tinha como meta produzir os recursos humanos necessários ao desenvolvimento econômico, submetendo, de uma forma nunca antes vista, a educação às decisões da economia. De acordo com Cunha e Góes (2002, p. 54),

existia, nesse momento, por parte da ditadura, a conflitante afirmação de que se, por um lado, a economia vivia bons momentos, não era possível pensar o mesmo em relação ao povo.

No entanto, o que se compreendia era verdadeiramente um desnível social, uma má distribuição da renda que tornava possível o enriquecimento de uma minoria em detrimento de uma maioria. Dentro dessa ótica da ditadura, o remédio eficaz, para ajustar a má distribuição de renda visível no povo que ia “mal”, era a educação, uma vez que a ela todos obtivessem acesso.

Nessa linha de raciocínio, podemos ponderar como tempo da voz ativa, o momento em que a educação se ajusta de um caráter libertador, e o tempo em que começa a girar a roda-viva é compreendido como o momento em que a repressão inflige uma educação dada e não consentindo mais que ela fosse construída por mãos verdadeiramente generosas. Nesses termos, percebe-se que a grande generosidade para Paulo Freire, consiste em mãos capazes não de esperar, mas, de promover uma educação transformadora.

A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo [...]. Lutando pela restauração de sua humanidade estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira (FREIRE 2002, p. 31)

Portanto, segundo o pensamento dos dominantes, a educação, passa a ser considerada a partir de um caráter prodigioso, miraculoso, como porta voz das classes subalternas, que anseiam pelo “fim desse desnível social”. Romanelli (2000, pp. 196-198) considera que o alinhamento da educação à política econômica, que atendia aos interesses do grande capital, significou tratar a educação a partir da ótica estritamente econômica. Também a influência norte-americana na educação brasileira, que já vinha sendo sentida desde o imediato pós-guerra e, sobretudo, a partir dos anos finais da década de 1950, aumentou consideravelmente nos anos finais da década de 60.

As intensas mobilizações por uma educação em defesa dos destinos do país, segundo o parecer de Paiva (1987, pp. 288-301), não são apenas patrimônio dos grupos comprometidos com uma educação popular, mas, são também apropriadas e colocadas em prática sob a ótica dos grupos dominantes como forma de promoção e

sustentação do regime vigente. Outra questão relevante, de acordo com a autora, consiste em que, até então, a educação era vista com descaso por parte do Estado. Somente quando é percebida como instrumento eficaz na divulgação da ideologia dos governantes é que ela assume um papel de “importância”.

Em relação à estratégia dos militares na suplantação dos movimentos populares, podemos constatar que surge uma educação pensada de cima para baixo, de fora para dentro, excluindo a construção de dentro para fora vinda do analfabeto, que seria ajustado pelo educador. A educação, contrariando a visão dominante, deve ser libertadora, democrática, e sua função consiste em desenvolver o cidadão em sua plenitude de direitos. A partir desse quadro, torna-se impossível conceber uma plena educação em um governo de ditadura.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização - o MOBRAL surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho. Só que com um cunho ideológico totalmente diferenciado do que vinha sendo feito até então. Apesar dos textos oficiais negarem, sabemos que a primordial preocupação do MOBRAL era tão somente fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação do homem. Foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando 'conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida'. Apesar da ênfase na pessoa, ressaltando-a, numa redundância, como humana (como se a pessoa pudesse não ser humana!), vemos que o objetivo do MOBRAL relaciona a ascensão escolar a uma condição melhor de vida, deixando à margem a análise das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Ou seja, basta aprender a ler, escrever e contar e estará apto a melhorar de vida. (BELLO, 1993, p. 165)

Para Cunha e Góes (2002, pp. 33-40), a ditadura militar lançou por terra o conceito de democracia e de liberdade individual em nosso país. Como um movimento político retrógrado e autoritário, ela prendeu, torturou, executou e cassou. No sistema educacional, decretou o fim dos movimentos de educação e cultura popular. Educadores e aliados, comprometidos com a mudança, foram cassados, presos e torturados. Instalou aparelhos, como a censura, e uma mídia tendenciosa e alienante, que difundia as ideologias do regime frente à degradação de ideais comunistas mostrados como ameaça para a saúde do Estado e da ordem pública.

A proposta do golpe militar se baseava, principalmente, na palavra "ordem" presente na nossa bandeira acompanhada de um "progresso", como sendo os compromissos de um regime que apresentava uma mascarada ideia de calma, tranquilidade e segurança social. Não é demais salientar que para o autor, esse momento nada tinha de calma e leveza. Ao contrário, e recorrendo a uma expressão usada no belo filme de Margarethe Von Trotta, ele assinala esse período como "Anos de chumbo".

Em nome dessa "ordem" e desse "progresso", no campo educacional, o mais admissível era a proposta de uma educação verticalizada e doada. A partir desse contexto, o que podemos presenciar é o embrião que faz surgir o Movimento Brasileiro de Alfabetização – (MOBRAL) criado em 1967, com a Lei. 5379º sob a presidência do General Alberto Costa e Silva.

O Mobral surge como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho, no ano de 1947. Campanhas que agrupavam pessoas com conhecimentos e bagagens distintas decorridas das vivências no campo familiar, social e do mundo do trabalho. Que desconsiderava a necessidade de uma pedagogia que compreendesse a faixa etária dos jovens, dos adolescentes, dos adultos e os da terceira idade.

Dessa forma, se a prática da alfabetização desenvolvida pelos movimentos de educação e cultura popular estava vinculada a um processo de conscientização da população sobre sua realidade, como rompimento a essas campanhas assistencialistas e conservadoras, com o golpe, a alfabetização se restringe a um exercício mecânico de aprender a "desenhar o nome".

Quanto à metodologia utilizada pelo MOBRAL, podemos considerar que, de acordo com Paiva (1987, pp. 295-296), ela estava fundamentada na aplicação das experiências significativas dos alunos, desta forma, mesmo apresentando divergências ideológicas em relação ao método de Paulo Freire, utilizava-se, semelhantemente a este, de palavras geradoras, porém, totalmente esvaziados de anseios críticos. A principal e fundamental diferença na utilização destes procedimentos em relação ao método Paulo Freire, era o fato de, no MOBRAL, haver uma padronização do material utilizado em todo o território nacional, não traduzindo assim a linguagem e as necessidades do povo de cada região e de uma série de procedimentos para o processo de alfabetização.

Vinculado ao ministério da educação e cultura, era o órgão executor do plano de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cujo principal objetivo era o de promover a alfabetização funcional e educação continuada para os analfabetos de 15 anos ou mais, por meio de cursos especiais, com duração prevista de nove meses. Embora formalmente criado em 1968, o MOBRAL só foi efetivamente implementado a partir de 1971. Durante mais de uma década, jovens e adultos frequentaram as aulas do MOBRAL.

A recessão econômica iniciada nos anos 80 inviabilizou a continuidade do programa. A partir de 1985, com o fim do regime militar, a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) passou a se chamar Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR. Em 1990, a Fundação EDUCAR também foi extinta.

1.2.3 Programa Alfabetização Solidária – PAS

O Programa de Alfabetização Solidária foi criado pelo Conselho de Comunidade Solidária do governo federal em 1997, para alfabetizar jovens e adultos, nas cidades com alto nível de analfabetas segunda pesquisa realizados pelo IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, este programa de alfabetização solidária difundido como modelo de financiamento “inovador”.

O Programa Comunidade Solidária e teve seu início relacionado à doações de cestas básicas mesmo com críticas, o que o fez com que mudassem sua base, passando apoiar alguns pontos de trabalho como por exemplo, o fortalecimento da sociedade civil (que se concentrou na promoção do voluntariado e do “terceiro setor”) e o desenvolvimento de programas inovadores: Universidade Solidária, Capacitação Solidária e Alfabetização Solidária. (FRANCO, 2000).

Este programa busca consolidar o modelo solidário juntamente com cinco parceiros: Governo Federal, Ministério da Educação (MEC), Prefeituras, Universidades, Comunidade Solidária e Empresas, a alfabetização solidária alcançou até o fim do ano 2000 a marca de 1,5 milhões de alunos, em 1.016 municípios brasileiros, segunda pesquisa da Folha Online, o investimento feito nos alunos, era dividido ao meio pelo MEC e pelos parceiros do Programa (empresas,

instituições e pessoas físicas), o aluno inscrito na Alfabetização Solidária custava em média 34,00, por mês para mantê-lo no programa no ano de 2000.

[...] além de se tratar de um programa aligeirado, com alfabetizadores semipreparados, reforçando a ideia de que qualquer um sabe ensinar, tinha como um de seus pressupostos a relação de submissão entre Norte-Nordeste (subdesenvolvido) e o Sul-Suldeste (desenvolvido). Além disso, com a permanente campanha 'Adote um Analbabeto', o PAS contribuiu para reforçar a imagem que se faz de quem não sabe ler e escrever como uma pessoa incapaz, passível de adoção, de ajuda, de uma ação assistencialista (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 272)

Conforme a coordenação do programa Alfabetização Solidária, este programa é desenvolvido através de módulos com duração de seis meses: em média um mês, para a capacitação dos professores nas universidades e cinco para a aplicação do curso de alfabetização nas comunidades. Para a realização e aplicação dessas aulas a prefeitura dá suporte local e fornecendo material usado na sala de aula. A alfabetização solidária constitui-se em formas de governar sujeitos e populações, mobilizando cada indivíduo, sua família e sua comunidade para evitar e prevenir-se do analfabetismo, considerado um fator de risco social.

A operacionalização da alfabetização solidária é realizada através de processo de autonomia da sociedade, promovendo-se parcerias com o setor público e privado para diminuir os gastos do Estado na solução dos problemas sociais, assim assinalo que, para governar, gerenciar o risco e autonomizar a sociedade, o Programa depende de uma especialização. Por meio suas experiências e conhecimentos respeitados os/as técnicos autorizado os/as no PAS executam práticas que, comprometidos com as relações de poder, endossam este programa como um "modelo" de extinção do analfabetismo flexível, de baixo investimento apto a exportação.

Mesmo sendo reconhecido como uma atuação proveniente da Comunidade Solidária um órgão centralizado no governo federal o PAS não se estabelece em um núcleo irradiante de poder, a prática de poder do programa está dissolvido na superioridade de organizações e cidadãos comprometidos com ele, questão: alfabetizadores, alfabetizados empresas privadas, universidades prefeituras municipais, e voluntários que ocupam diferentes posições de poder. Pessoas detentoras de vários campos de saberes e desempenham poder de várias formas. Com o uso de poder o analfabetismo é gerado como uma problemática social e

responsabilidade de todos e a alfabetização solidária como uma solução dos grandes problemas vividos pela sociedade brasileira.

De modo que o financiamento do Programa Alfabetização Solidária consistiu de fundos públicos e fundos e privados com proeminência para os privados na divulgação e publicidade da proposta já na 2ª Semana da Alfabetização Solidária, preparada pelo Programa em São Paulo, os administradores responsáveis por 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do país comoviam-se com as declarações dos alfabetizados, esses administradores tinham conseguido doações para o Programa; da mesma maneira a campanha adote um analfabeto, potencializa a doação das pessoas físicas, dos cidadãos comuns por meio de débito de uma parcela no cartão de crédito destinada ao Programa.

De tal modo, por meio das doações privadas, o Programa Alfabetização Solidária modificava um direito assegurado na Constituição em uma ação caritativa. Em meio a 1997 e 2002, o programa alfabetização solidária preencheu o espaço que o Fundef não preenchia, com parte de recursos provenientes da esfera privada (de empresários e outros doadores individuais).

Esses sujeitos, como aponta Traversini (2005, p. 8), "[...] são interpelados, nesse processo, para ocupar uma posição de sujeito: a de cidadãos solidários". Segundo a autora, a estratégia da solidariedade é utilizada para "desresponsabilizar" o Estado. Sendo assim, as adoções motivadas por intermédio de um programa vinculado ao governo reutilizavam o modelo beneficente de doação de dinheiro, sendo de pessoas físicas ou empresas privadas para causas nobres, o que não é nada obstante, atenta contra a educação dos adultos tida como direito assegurado, questão recém-ligada, na Constituição de 1988, pois levaram-se anos para o país reconhecer essa dívida social histórica.

Promover beneficência da humanidade penetrou nas Instituições de Ensino Superior (IES), como uma prática, às vezes, trazendo o estudante a solidarizar e ao sacrifício para "ajudar" os analfabetos, com a prática de um trabalho semi-voluntário para recompensar as injustiças. Mostrando assim a diferença que do discurso oficial que promove o ingresso ao ensino como um direito e que o sujeito venha repreendido e considerado dessa forma: a que proporcione e impulse dispositivos de ajuda. Por esse motivo a prática por algumas IES, o trabalho de ensinar e educar terminassem permeadas pelo discurso da assistência, apontando os analfabetos

como pobres, coitados, vítimas, e não de acordo com seus potenciais como cidadãos.

O apadrinhamento de iletrados, por outro lado levou a uma parcialidade tutelada, uma pessoa adulta apadrinhada não implica em uma visão construída com igualdade, e sim com superioridade do adotante, desta forma parece constituir que a igualdade legal é inferior à desigualdade de renda. Imaginar que uma pessoa adulta como sendo um sujeito passível de adoção não é tê-lo como um sujeito de direitos que deve ser diferenciado somente em táticas pedagógicas específicas e apropriadas que lhe possibilitem a prática de apreender como pessoa adulta, e não com um ser adotado.

Além de apadrinhar os analfabetos o Programa Alfabetização Solidária chama o seu trabalho primordial de atender os alunos. De tal modo que as essas pessoas são nomeadas como alunos atendidos. O que significa que essas pessoas estiveram no Programa Alfabetização Solidária, que em algum período frequentaram e tiveram em contato com o Programa, o que não significa dizer que estes alunos estão efetivamente alfabetizados. Por esta razão o status de aluno-atendido e não de alfabetizado é esclarecido pelo fato da permanência e durabilidade do módulo (6 meses) não garantia uma alfabetização eficaz, está era questionado pela própria Instituição de Ensino Superior (IES) e que levaram a reconhecer, no ano 2001, na 2ª. Semana da Alfabetização, que esse tempo não é suficiente para alfabetizar os alunos.

Com tudo o Alfabetização Solidária sensibiliza que essa metodologia de ensino precisa de continuidade de estudos posteriores. Em razão disso com fins estatísticos, o aluno é atendido, que sugere quem, de certa forma, passou pelo Programa, mas não informa que esse aluno foi alfabetizado, evadiu-se ou deu continuidade nos estudos, mesmo com um número expressivo de alunos atendidos embora importantes em quantidade, não dizem respeito à qualidade.

Além disso, houve dedução em relação ao perfil do profissional que executava a função de alfabetizador de adultos. Mostra-se através do Programa Alfabetização Solidária que não é necessário a presença do professor alfabetizador de adultos, ou seja, esta tarefa não necessita ser desenvolvida por um docente especializado em alfabetização de adultos, colocou-se em exercício do pensamento de que a alfabetização de adultos não é um serviço de profissional qualificado para esta função em alfabetizar adultos, nem mesmo por um professor lato sensu, em

discordância o que tem sido desenvolvido na bibliografia particularizada acerca da temática nos últimos anos. Alegando que qualquer pessoa poderia desempenhar essa função com o mínimo de conhecimento.

A alfabetização por meios de pessoas não qualificada para o ensino, tinha a intenção de confirmar por meio estratégicos que mostram que é possível alfabetizar com pessoas inexperientes, por tanto nem ações pioneiras de Paulo Freire, quantos as ações da sociedade, como os diversos Movimentos de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVAs) e Organizações Não Governamentais (ONGs), prevalecer-se da mão de obra dessas pessoas. Apesar disso o Programa Alfabetização Solidária retomou de maneira descontextualizada, porém não incluiu, ainda que apresentasse no discurso, retoricamente o envolvimento da sociedade na elaboração da proposta do Programa. Deste modo o Programa de Alfabetização Solidária – PAS foi chegando de cima para baixo.

Essas diversas maneiras anteriores de alfabetização de adultos existia o progresso de um método de pesquisas, as indagações sobre as condições de vida, ou mesmo a motivação de transformação social, como que ocorreu na época do desenvolvimento das experiências pioneiras de Paulo Freire e da participação popular dos MOVAs. Mas, a eleição de leigos, além disso, Programa Alfabetização Solidária, parece ser regida pelo princípio do baixo valor e da caridade.

A fonte do analfabetismo está relacionada a realidade socioeconômica e política, responsáveis pela centralização e má distribuição de renda pelos inúmeras e diferenças entre os processos de urbanização e a demora rural e pelas desigualdades educacionais junto a falta de oportunidades de acesso à escola primária e baixa qualidade do ensino, ocasionando a repetência e a evasão escolar.

Para Corazza e Mazzilli (2002, p 93),

[...] a erradicação do analfabetismo só acontecerá no momento em que sua principal causa for atacada, garantindo na prática uma educação básica de qualidade para todos os cidadãos. A continuidade desse modelo excludente de escola será com certeza, a garantia de alunos para os cursos de alfabetização de adultos.

A justificativa do analfabetismo da pessoa adulta incide no sistema econômico excludente, que dificulta o processo de desenvolvimento geral do sujeito e que não dar prioridades aos campos sociais e usa uma política de diminuição de despesas com isso tendo como consequência um sistema de educacional mal estruturado e

marginalizado e com consequências uma expressiva parcela da população brasileira. A Alfabetização Solidária provocou na prática de um modelo de terceirização de políticas educacionais de alfabetização de jovens e adultos, aproveitando das Instituições de Educação Superior com essa finalidade.

O Programa Alfabetização Solidária deu prioridade ao método de menor custo financeiro, usando a mão de obra temporária e beneficência e ainda impulsionou subjetividades, diferentes daqueles que especificam os analfabetos como sujeitos de direito. Com isto readquiriu-se o discurso assistencialista da ajuda e a tutela mediante adoção de adultos, considerando os seus alunos como atendidos e banalizando a figura do alfabetizador.

1.2.4 Brasil Alfabetizado

Desde o final do século XIX, especialmente com a proclamação da República no Brasil, a educação destacou-se como uma das irrealidades do modernismo. A escola, no que lhe concerne, concretizou-se como espaço essencialmente institucionalizado para a preparação das novas gerações, com visão a atender aos princípios do Estado Republicano, pautado pela premência de primícias de uma nova ordem política e social; e a universalização da escola assumiu um ponderoso ofício como ferramenta de atualização e avanço do Estado-Nação, como indispensável impulsionadora do “esclarecimento das massas iletradas”.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), foi um programa criado pelo Ministério da Educação em 2003, com o intuito de diminuir o analfabetismo da população da faixa etária de 15 anos ou mais, ou seja, alfabetizar pessoas adultas, que por diversos motivos não foram alfabetizadas na idade própria ou sua passagem pela escola foi limitada e esses alunos não desenvolveram a habilidade da leitura e da escrita.

Esse Programa ficou disponível e até o ano de 2016 em esfera nacional e a gestão acontecia de maneira centralizada, de fato os municípios que se interessassem pelo Programa precisariam concorrer verbas diretamente ao MEC. O montante transferido pelo MEC seguia uma fórmula-padrão que considerava o plano municipal de educação da cidade pleiteadora.

Na esfera municipal, foram muitos desafios que os gestores locais tinham que enfrentar para que o Programa continuasse a existir. Os desafios que iam desde

superar barreiras burocráticas até encontrar formas de manter tanto alunos quanto professores engajados no PBA. Muitos dos estudantes não terminaram os cursos por vários motivos: desde frustração pela dificuldade de aprendizado até problemas pessoais com trabalho e família, que não raramente estão presentes na vida de indivíduos adultos.

Além disso, gestores locais nem sempre recebiam suporte das secretarias de educação da qual faziam parte. De acordo com alguns gestores, a alfabetização de jovens e adultos é, muitas vezes, considerada menos importante que a alfabetização de crianças. Assim, as demandas para os programas que visam ao letramento na idade adulta podem vir a ser ignoradas ou rejeitadas.

O Programa era estruturado em um curso de 8 meses, com 320 horas de aulas. O número de estudantes, por classe, deveria ser de, no mínimo 14, e, no máximo 25, em áreas urbanas, enquanto nas rurais as salas deveriam conter entre 7 e 25 alunos. Classes que não atingissem o número mínimo de alunos eram canceladas. Alguns professores abandonavam o programa antes de completar o período de oito meses, e os alunos dessas turmas ficavam sem terminar o processo de alfabetização.

O PBA oferecia incentivos financeiros para que membros da comunidade ou professores que tinham experiência em ensinar o público-alvo participassem da iniciativa. De fato, existia uma bolsa de R\$400,00, que era oferecida àqueles que eram voluntários a participar do Programa como professores. Em compensação à bolsa, esperava-se que o professor lecionasse 10 horas de aula por semana. Vale lembrar que a participação como professor não era considerada emprego formal.

Usavam-se duas formas de avaliar o sucesso de um aluno no PBA. A primeira forma era mediante a comparação entre os resultados da prova de entrada com os da prova de saída. A segunda forma era por meio das classificações que os próprios professores conferem aos alunos.

O PBA era um dos maiores programas de alfabetização de jovens e adultos do mundo. A iniciativa foi considerada um passo importante para a redução de desigualdades que afetava as classes menos favorecida da população, de maneira geral, todos os jovens e adultos que não sabia ler e escrever, ou que tiveram acesso limitado à escola no passado, faziam parte do público potencial do Programa.

Este Programa tem vários elementos a ser estudados, como a formação inicial do professor, essa formação foi o aspecto que marcou, pois, foram

destacados o aspecto social do tema. Dado a importância deste aspecto social, para que as pessoas entendam que o Programa Brasil Alfabetizado é uma maneira acessível de alfabetização e que traz como finalidade a erradicação do analfabetismo do Brasil. Apesar do programa ter existido por quase uma década era pouco percebido pela sociedade. Entretanto, era de grande importância entender como a metodologia era desenvolvida na formação desses alfabetizadores.

O Programa tinha como objetivo oportunizar aos jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade certa, oferecendo uma nova chance para aprender a ler e a escrever. Nesse ponto de vista, o Programa pode ser visto como uma tentativa do governo em moderar o déficit de um sistema de ensino desproporcional que atingiu as classes mais baixas da sociedade no passado e que ainda continua a afetá-las nos dias atuais.

O PBA possuía o ainda possui grande potencial para reduzir a taxa de analfabetismo na população adulta, ainda não está claro qual o impacto real do Programa. Entretanto, o programa por não ter sido avaliado de maneira sistemática e quantitativa tornou-se difícil falar sobre sua efetividade. Além disso, o MEC nem sempre disponibilizou informações contínuas sobre o PBA, o que se tornou mais difícil mensurar o tamanho do Programa em termos de matrículas, verbas e taxas de sucesso.

Para aqueles que se matricularam no PBA foi um grande desafio se tornar aluno pela primeira vez. Por exemplo, o ambiente escolar era tão novo para a maioria desses alunos que muitos não possuíam a destreza manual para segurar uma caneta. Apenas depois de adquirir essa coordenação motora que o processo de aprendizado se desenvolve. Para os professores, é também desafiador manter os alunos motivados e ajudá-los a enfrentar a frustração que, muitas vezes, acompanha o aprendizado de algo totalmente novo. Não é surpreendente que o Programa tenha altas taxas de evasão e baixas taxas de assiduidade.

No lado operacional, o PBA possui alguns obstáculos a serem superados. Como mencionado, os gestores locais, muitas vezes, se encontram sem suporte administrativo para lidar com atividades cotidianas. Além disso, há um aparente descaso no que diz respeito à alfabetização de jovens e adultos.

1.2.5 Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos- ENCCEJA.

O Exame para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) é um exame totalmente gratuito e voluntário, desenvolvido com o objetivo de disponibilizar periodicamente certificados de conclusão do Fundamental à nível nacional, e certificados de conclusão do Ensino Médio para as pessoas que não tiveram oportunidade de concluir os estudos na idade escolar adequada para jovens e adultos residentes em liberdade no Brasil, no Exterior e para detentos. As provas são aplicadas no mesmo dia (manhã e tarde), podendo participar qualquer brasileiro que tenha 15 anos ou mais de idade até a data da realização das provas para o Ensino Fundamental, e ter 18 anos ou mais até a data da realização da prova para o Ensino Médio.

Os participantes inscritos neste exame do ENCCEJA podem estudar sozinhos, em grupo ou através de escolas de supletivo públicas ou privadas. Sob o reconhecimento do Ministério da Educação em todo o Território Nacional, o exame é realizado através do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) desde 2002, utilizando escolas públicas para o ENCCEJA Nacional, utilizando os consulados apenas para o ENCCEJA Exterior

O objetivo primordial do Encceja é construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por intermédio da avaliação. Esta metodologia avaliativa e de certificação da educação de jovens e adultos como o ENCCEJA, cria alguns critérios de qualidade, habilidades e competências, constituindo assim, uma avaliação de conhecimento, aptidões, cultura e saberes conquistados nos sistemas educativos que se desenvolvem no processo psicossocial.

- I – construir uma referência nacional de auto-avaliação para jovens e adultos por meio de avaliação de competências e habilidades adquiridas nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais;
- II – estruturar uma avaliação direcionada a jovens e adultos que sirva às Secretarias da Educação para que procedam à aferição ao reconhecimento de conhecimento e habilidades dos participantes no nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nos termos do artigo 38,§ 1º e 2º da Lei 9.394/96 (LDB)
- III – oferecer uma avaliação para fins de classificação a correção do fluxo escolar, nos termos do art. 24, inciso II alínea “c” da Lei 9394/96;
- IV – Consolidar e divulgar um banco de dados com informação técnico-pedagógicas, metodológicas, operacionais, socioeconômicas e culturais que

possa ser utilizado para a melhoria da qualidade na oferta da educação de jovens e adultos e dos procedimentos relativos ao ENCCEJA;
V - construir um indicador qualitativo que possa ser incorporado à avaliação de políticas de educação de Jovens e Adultos (INEP, 2002, p. 30).

Essa portaria determinou múltiplas funções ao Encceja. Ao mesmo tempo, serviria tanto como instrumento para a certificação de conclusão de escolaridade quanto como objeto de correção de fluxo escolar, como referência de auto-avaliação para pessoas jovens e adultas, como meio de coleta de informações para aprimoramento da EJA e o próprio instrumento e, por fim, como indicador qualitativo da política pública para essa modalidade.

Desde o início, houve intensas pressões em favor a suspensão e até mesmo cancelamento do Encceja. Muitos argumentos defendiam que o Encceja era expressão de uma política neoliberal elaborada em um contexto de negação do direito de jovens e adultos à educação, tendo em vista as barreiras impostas à EJA no Fundef. Outros destacavam o caráter autoritário no Inep ao impor uma política centralizadora e que desrespeitava as especificidades regionais brasileiras.

No Brasil, com a instituição do novo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), desde 2017 o ENCCEJA Nacional passou a ser realizado visando à certificação do Ensino Médio Nacional e Exterior, pois o ENEM desde então se destina somente a aprovação para o ensino superior.

Para quem não tem certificação de conclusão do Ensino Médio, deve inscreve-se todo ano normalmente para ENCCEJA quando houver (geralmente a cada 1 ou 2 anos) e na ficha de inscrição pela internet, marcar que deseja o certificado de conclusão do Ensino Médio, lembrando que o ENCCEJA é gratuito. Sendo assim, a prova será utilizada para obtenção do mesmo, ainda que o candidato não tenha frequentado uma escola.

O ENCCEJA NACIONAL para o Ensino Fundamental e Ensino Médio Nacional ou ENCCEJA EXTERIOR para o Ensino Médio fora do Brasil, os dois tipos de exames, podem ser realizados mais de uma vez caso o candidato não consiga de uma vez alcançar a pontuação necessária para aprovação de todas as matérias podendo então, no ano seguinte, fazer apenas as matérias em que não atingiu a pontuação mínima.

No ano em que o candidato obtiver êxito em todas as disciplinas, basta se dirigir a Secretaria da Educação do seu Estado, ou ao consulado brasileiro no país

onde estiver, e solicitar a emissão do certificado de conclusão do ensino correspondente, fundamental e/ou médio obtidos. Alguns Estados mais informatizados estão emitindo o certificado de conclusão automaticamente e enviando para a Diretoria de Ensino mais próxima e, por sua vez, esta última direciona para a própria escola onde os candidatos fizeram as provas.

As áreas do conhecimento foram estabelecidas a partir do currículo da Base Nacional Comum, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). O ENCCEJA deveria ser aplicado todo ano, mas por problemas políticos e socioeconômicos voltados a Educação ele está sendo realizado a cada 2 ou 3 anos na prática, e raramente uma vez por ano, diferente do ENEM que é realizado anualmente com mais sucesso.

Desde o começo, houveram intensas pressões em favor da suspensão e até mesmo o cancelamento do ENCCEJA. Muitos argumentos defendiam que o ENCCEJA era expressão de uma política neoliberal elaborada em um contexto de negação do direito de jovens adultos à educação, tendo em vista barreiras impostas a EJA no Fundef. Outros destacavam caráter autoritário do INEP ao impor uma política centralizadora que despertava a especificidades regionais brasileiras.

Outro foco das críticas diz respeito ao caráter centralizador do ENCCEJA. Por ser um exame nacional, estaria desconsiderando, por um lado, a autonomia do Estado na elaboração de suas políticas educacionais e, por outro a contextualização do conhecimento considerada essencial para a EJA. De acordo com esse ponto de vista, o ENCCEJA não seria capaz de dar conta das diferenças regionais e diversidade dos sujeitos da modalidade partindo de conhecimentos que sejam significativos para esses indivíduos (CATELLI JR; GISI; SERRÃO, 2003, p. 731)

Contudo, vale ressaltar que o projeto original do ENCCEJA presumia que, em termos do pacto firmado entre o INEP e as secretarias participantes do ENCCEJA, na prática, os processos de inscrição, aplicação, processamento e codificação de provas e questionário além da emissão dos certificados, recairiam sobre responsabilidade dos municípios e estados que abraçassem ao programa. Entretanto, todos os instrumentos e critérios utilizados com: cadernos de provas, questionários, matriz, itens, formas e critérios de correção, seriam executados de forma concentrada, sem a participação dos conveniados. Estes teriam auto-suficiência somente para deliberar os critérios mínimos de desempenhos para proceder a certificação.

1.3 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EJA

As Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos instrui ao sistema curricular das instituições de ensino que trabalham com esse método de ensino, o parâmetro para estruturação dessa metodologia visa o atendimento ao perfil do público alvo. Essa Diretriz resulta de um trabalho grupal de pessoas comprometidas com este processo contou com diversos segmentos da rede pública de ensino, os estudos e debates foram discutidos em inúmeras etapas realizadas pela Secretaria de Estado da Educação com: simpósios, seminários, reuniões técnicas e encontros descentralizados, com o objetivo de favorecer a participação dos educadores nas discussões que se deram ao longo de três anos de intensos debates.

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica discorrem o empenho e esforços dos profissionais envolvidos nesse processo, como os grupos pedagógicas dos Núcleos Regionais de Educação e de técnico-pedagógico da Secretaria de Estado da Educação - SEED, na construção de um documento orientador do currículo para toda a rede pública estadual. Este documento compõe-se de um breve histórico e diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos; discussão sobre sua função social; perfil de seus educandos; eixos articuladores do currículo; concepção de avaliação e orientações metodológicas. A metodologia de formação continuada.

Em torno das diretrizes demonstrou a precisão de complementação na qualidade e especialidade dos padrões e modalidades de ensino da Educação Básica, sem esquecer o ponto de vista de apoio dos inúmeros fundamentos do desenvolvimento das proposta pedagogia integral dos educandos no decorrer do período de processo de ensino aprendizagem, assim além de cuidar das particularidades da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares constitui-se fundamentado que permite a consolidação da proposta de trabalho pedagógico centrada na visão interdisciplinar nas disciplinas que forma o baseamento nacional habitual e a objeto diversificado.

O artigo que instrui a metodologia das disciplinas – Ensino Religioso, Língua Portuguesa, Ciências, Educação Física, Arte, Filosofia, Física, Geografia, História, Biologia, Língua Estrangeira Moderna, Matemática, Química e Sociologia – fundamenta-se de um enfoque sobre a valor da histórica da disciplina, com destaque na problematização e o encadeamento coeso dos conteúdos e a abordagem

selecionada para a análise e/ou descrição dos temas em meio a(s) ciência(s) de alusão e a disciplina escolar, os percursos da disciplina na esfera escolar enfatizando os mais atualizados indicativos que assinalaram a história do elementos de programação curricular a saber.

As diretrizes Curriculares de cada uma das disciplinas proporcionam os fundamentos teórico-metodológicos, baseado nesses fundamentos definem-se as direções de aplicação da disciplina, seja no que se refere a execução dos conteúdos oferecidos através do sistema metodológicos e aviatórios, ou no que se refere a orientação para escolha dos conteúdos e de referencial bibliográfico. Essas Diretrizes resultam de uma construção grupal, com esta metodologia se envolveu diferentes segmentos da rede pública de ensino, com amplos debates, estudos e discursos em várias fases promovidas pela Secretaria de Estado da Educação.

O Currículo Básico, a Proposta de Reformulação do 2º Grau e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mediante o reconhecimento histórico das ciências de referência e/ou disciplina escolar, determinara-se também os conteúdos estruturantes das disciplinas, ou melhor, as habilidades conhecimentos avantajados, conceitos ou práticas que assinalam e estabelecem diversos áreas de estudo das disciplinas escolares. Esses conteúdos aplicados são de fundamental importância para o entendimento do objeto de estudo das referidos campo do conhecimento.

As leis vigentes preconizam a integração entre a EJA e a vida cidadã, de modo que cada componente curricular contribua com uma melhor orientação para o trabalho e com a ampliação dos significados das experiências de vida dos alunos. Assim, o acesso às Ciências Naturais na EJA deve-se dar juntamente com a promoção da racionalidade, a confirmação de competências adquiridas na vida extraescolar e o banimento do medo e dos preconceitos, buscando selecionar temas relevantes para os alunos, ligados eixos temáticos, articulando vários conteúdos a serem enfatizados pelo professor, de acordo com as particularidades da turma e da comunidade em que se situa a escola. São eixos temáticos: Terra e Universo; Vida e Ambiente; Ser Humano e Saúde; Tecnologia e Sociedade (BRASIL, 2006, p. 71).

A Cultura e o conhecimento são gerados nas e pelas relações e convívio sociais. Sendo assim, o currículo não deve ser analisado fora dessas relações. Conforme com Silva (2000a, p. 13), o currículo, tal como a cultura, é compreendido como prática de significação e, como tal, vinculado à prática produtiva, às relações sociais e de poder, enfim, uma prática que produz identidades sociais. A cultura curricular historicamente tem favorecido uma forma prática e instrumental de

ordenação de conhecimentos. A coerência disciplinar que classifica e fraciona os saberes, limitando a probabilidade de uma aprendizagem indutiva, crítica e, a cima de tudo significativa.

É peculiar dessa modalidade de ensino a heterogeneidade do perfil dos estudantes, relacionado a idade desse público, ao grau de estudo em que se encontram, à situação cultural e Socioeconômica, a motivação pela qual buscam a escola. O sistema da EJA contempla umas diversidades de culturas que precisam ser priorizadas na construção das diretrizes educacionais. Segundo Soares (1986, p. 215), o educando passa a ser visto como sujeito sócio-histórico-cultural, com conhecimentos e experiências acumuladas. Ou seja, cada sujeito tem sua particularidade no percurso de formação, apropriando-se de conhecimentos locais e universais, a partir de um aspecto de ressignificação da compreensão de mundo e de si próprio. Haja vista que as diferenças desses educandos, com situações socialmente diversificadas, são necessárias que a Educação de Jovens e Adultos promova seu acolhimento por meio de outras formas de socializar culturas e conhecimentos a esses Jovens e Adultos da EJA.

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanta consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. (Declaração de Hamburgo sobre a EJA).

As grades curriculares são coordenadas pelos métodos educacional, em conformidade com a áreas de conhecimento, eixos temáticos, disciplinas conservando-se a especificidade das diversas áreas de conhecimento, por intermédios dos quais se ampliam as habilidades necessária para o exercício da cidadania, em ritmo harmonizável com as fases do desenvolvimento completo do cidadão. As normas década disciplina tradicional curricular oferecem os embasamentos teórico-metodológicos, com isso decide-se as orientações da disciplina, no que diz respeito a maneira de aplicação dos conteúdos através dos processos metodológicos e aviatórios, de acordo com a orientação para a seleção dos conteúdos e de referencial bibliográfico.

A escola de Educação Básica é ambiente de convívio grupal, onde se tem o grande privilégio de trocas de conhecimentos, amparo e auxílio para garantir o bem-

estar dos jovens e adultos, na convivência entre os educandos com as outras pessoas envolvidas nesse processo. De acordo com o que designa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2010, p. 45), a escola de Educação Básica é o espaço em que se resinifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País”.

Partindo desse ponto de vista a escola exige preponderância no ritual escolar, a começar da construção do currículo até os métodos que dirigem para a preparação do trabalho escolar em seus múltiplos aspectos, beneficia trocas, apadrinhamento e aconchego, para garantir o acolhimento e bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre essas as pessoas envolvidas nesse processo. Sendo assim compete à escola, perante dessa sua atribuição assumir inúmeros funções, no desempenho da sua tarefa fundamental que é a construção de uma cultura de direitos humanos para capacitar cidadãos aptos a exercerem seu papel na sociedade em que está inserido.

Desta forma a educação dedica-se múltiplos cidadãos e traz como finalidade o processo de aprendizagem e a confrontação do conhecimento, conforme diversas abordagens, desempenhadas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois, essa é uma opção “transgressora”, porque rompe com a ilusão da homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional. Nesse contexto ambiente escolar deve contribuir com o desenvolvimento educacional partindo do ponto de vista da escola como um espaço envolvido e comprometido com o processo sócio – educativo dos cidadãos e promove a teoria e prática do processo de formação do homem como cidadão pleno. Para fundamentar esta ideia referindo a educação, Brandão destaca que:

Considera a educação, como uma entre outras práticas sociais, cujo efeito sobre as pessoas, cria condições necessárias para a realização de transformações indispensáveis. Nada se faz entre os homens sem consciência e o trabalho dos homens, e tudo que tem o poder de alterar a qualidade da consciência e do trabalho, tem o poder de participar de suas práxis e de ser parte dela. No entanto, quando a educação é imaginada – agora pelo utopista social – como único ou principal instrumento de qualquer tipo de transformação de estruturas políticas, econômicas ou

culturais, sem que haja a lembrança de que ela própria é determinada por estas estruturas, estamos diante de um pequeno acesso 'utopismo pedagógico'. (BRANDÃO, 2001, p.82).

Visando fundamentalmente, ressaltar a valorização da escola na vida do ser humano, entendendo este espaço escolar como lugar de troca de conhecimento e em consequência um ambiente de ensino aprendizagem; vale lembrara importância dos ritos para o ser humano; terceiro a importância simbólica do rito de iniciação na escola. Entendemos por rito, o ato ou ação ligada à prática de comportamentos repetidos, tanto individuais como coletivos, cumprindo regras preestabelecidas. De acordo Benveniste, rito vem do latim ritus, que indica a ordem estabelecida e, mais atrás, ligasse ao grego *artys*, como o significado também de "prescrição, decreto". (BENVENISTE, 1969, apud TERRIN, 2004, p.18).

Os rituais e as cerimônias são fundamentos estratégicos da arte de preservação e idealização dos ideais das instituições apoiadas na confiabilidade e aceitação social das ações realizadas e desenvolvidas pela sociedade. Deste modo o rito parece provável constatar que em todas as sociedades os grupos sociais têm episódios ou acontecimentos especiais e exclusivos. Contudo, para cada um, há diferente significado, os ritos podem ser vistos como algo que não se retrata em imitações dos acontecimentos reais e concretas do mundo tedioso, mas como coisa real e concreta consiste no que pode ser consolidado e simbolizado de acordo com a cultura de cada comunidade.

2 EVASÃO ESCOLAR: PROBLEMAS COMUNS, CAUSAS DISTINTAS

2.1 DIFICULDADES NO APREDIZADO DO ALUNO DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96 é uma modalidade de ensino, que visa oportunizar a desenvolvimento escolar para aqueles que não tiveram acesso ou não poderiam concluir o ensino fundamental ou médio na idade adequada, fato que dificulta o aprendizado do aluno, porém mesmo com iniciativas de políticas públicas voltadas para essa metodologia de ensino, muitos alunos abandonam os estudos ainda cursando o ensino regular, na maioria das vezes perdendo a oportunidade de serem alfabetizadas. Podemos atribuir o problema da evasão escolar a necessidade desse aluno de trabalhar para auxiliar no sustento da sua família.

As dificuldades no aprendizado por parte de alguns alunos também levam ao abandono da sala de aula, alunos em idade adulta já que não consegue interagir, exigindo que os profissionais que estão exercendo seu papel de educadores desta pratica de ensino busquem alternativas para manter essa clientela em sala de aula. Embora sejam antigas a metodologia de ensino para esta modalidade – EJA. O professor da Educação de Jovens e Adultos - EJA, possui uma responsabilidade muito grande com técnicas inovadoras e estimuladoras de ensino visando alcançar o objetivo da EJA, que é de preparar esse público que buscaram se qualificar em busca de melhorar sua qualidade de vida na sociedade.

Para que a aprendizagem aconteça na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é necessário que os professores sejam habilitados para trabalhar essa modalidade de ensino. Segundo Zaragoza assegura:

Escolares, o professor inicia[...] ao chegar às instituições e vai deparar-se com uma realidade que não corresponde exatamente a essa concepção idílica da relação educativa. Para a maioria deles, é a primeira vez que devem enfrentar a responsabilidade de uma classe, assumindo as consequências de seus próprios erros. Desde os primeiros dias inicia-se, portanto, uma crise em seus conceitos idealizados, até conseguir a articulação de alguns conceitos do magistério compatíveis com sua prática cotidiana. (ZARAGOZA, 1999, p. 134).

A dificuldades no aprendizado por parte de alguns alunos são atribuídos a realidade e situação socioeconômica em que este aluno está inserido, é difícil o

ingresso e permanência de Jovens e Adultos na escola na idade adulta, necessário descobrir os insucessos e sucessos na Educação dos mesmos e um dos caminhos plausíveis é permitir que os alunos possam mostrar suas vontades e seus bloqueios em relação a aprender, a tendência atual em se priorizar as pesquisas do estudo dos entendimentos dos indivíduos, considerando – se que esta significaria a maneira mais direta de se obter informações sobre sentimentos, estimas e compreensões dos mesmos.

São inúmeras as dificuldades encontradas pelos educandos e educadores que dificultam o processo de ensino aprendizagem; podemos descrever alguns motivos como: problemas familiares, baixo autoestima, cansaço por conta de um dia exaustivo de trabalho, dentre outros. Essas são razões que motivam a evasão, e que refletem em todo País. Pois, a maioria dos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, são trabalhadores e trabalhadoras que voltam a escola em busca de melhorar sua qualidade de vida e conseguir melhor oportunidade no mercado de trabalho, todos esses fatos pesam na hora de dar continuidade aos estudos na idade adulta.

A expressão Dificuldade de Aprendizagem (DA) apareceu no ano de 1962, recomendada por Kirk, que procurou fixar a problemática no contexto educacional, buscando tirar o “estigma clínico” focando exclusivamente no sujeito, apontando para outras razões ocasionadores da Dificuldades de Aprendizagem mesmo antes de entendermos as reais causas das Dificuldades de Aprendizagem (DAs), faz-se indispensável saber a diferença entre distúrbios de aprendizagem. Ciasca (2003, p. 27) assinala que um distúrbio de aprendizagem envolve situações orgânicas que impedem o indivíduo de aprender, sendo considerado como “uma disfunção do SNC, relacionada a uma falha no processo de aquisição ou do desenvolvimento, tendo, portanto, caráter funcional “relacionada à audição, a fala, escrita leitura, raciocínio e habilidades matemáticas.

Quanto no que refere à dificuldade de aprendizagem, Scoz (1994, p 18) ressalta os fatores orgânicos, cognitivos, afetivos, sociais e pedagógicos, dentro das articulações sociais que agem frente a uma predisposição momentânea da criança. Paín (1985, p. 37) considera a DA como um sintoma, que cumpre uma função positiva tão integrativa como o aprender, e que pode ser determinado por fatores orgânicos, específicos, sintomáticos e ambientais.

No ano de 1996 acontece à aprovação para integrar a Educação de Jovens e adultos na LDB.

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida Familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. §1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por. Meio do ensino, em instituições culturais. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do Educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

De acordo com Soares (1996, p. 78), as publicações traziam em suas concepções o entendimento de que o investimento na educação era a solução para os problemas da sociedade, devendo partir de um conjunto de pressupostos, tais como: o analfabeto visto como causa da pobreza; o alfabetizador identificado como missionário; o ensino de adultos como tarefa fácil; a não necessidade de formação específica; a não necessidade de remuneração, devido à valorização do “voluntariado”. Ou seja, no entendimento que para aplicação deste Serviço de Educação de jovens e Adultos do MEC naquele tempo, para alfabetizar uma pessoa adulta, não era preciso de formação específica, esse trabalho de alfabetizador podia ser realizado por voluntários que soubessem ler e escrever.

Após descrevermos e conhecer os inúmeros motivos que levam os alunos ao abandono escolar, percebe-se que por mais comprometidos que estes alunos sejam para com os estudos, muitos são obstáculos, a presença do professor é de suma importância para sua permanência na escola. É este profissional que irão ajudá-los em sua permanência em sala de aula e contornar suas dificuldades, incentivando metas de aprendizagem expressiva para alcançarem o crescimento profissional, intelectual e cognitivo.

Ainda que a Carta Magna da educação consagre a obrigatoriedade e gratuidade do direito aos jovens e adultos, marginalizados ou excluídos da escola em idade própria, e ressaltando a especificidade dos alunos, ela não obriga o aluno a frequentar a escola como acontece com a criança. Nesse sentido, acreditamos que deve haver uma gestão de cuidado, em que o corpo profissional escolar escute o aluno para maior abertura diálogo, proporcionando maior permanência escolar. (CORRÊA, 2008).

Da mesma forma Moacir Gadotti (2010) assegura que:

O aluno adulto não pode ser tratado como uma criança cuja história de vida apenas começa. Ele quer ver a aplicação imediata do que está aprendendo. Ao mesmo tempo, apresentasse temeroso, sente ameaçado, precisa ser estimulado, criar autoestima, pois a sua “ignorância” lhe traz tensão, angústia, complexo de inferioridade. Muitas vezes tem vergonha de falar de si, de sua moradia, de sua experiência frustrada de infância, principalmente em relação à escola. É preciso que tudo seja verbalizado. O primeiro direito do alfabetizando é o direito de se expressar. (GADOTTI, 2010, p.39)

Diante do exposto é preciso que o profissional envolvido na educação de Jovens e Adultos - EJA, seja um profissional não só qualificado para aplicar a disciplina para o alunado, este profissional precisa ser também um profissional que ofereça credibilidade e confiabilidade para que este público que está buscando se qualificar através dos estudos oferecidos por esta modalidade sinta-se seguro para dar continuidade ao seu objetivo. Pois, a realidade dos alunos da EJA, é diferente da realidade dos alunos do ensino onde os alunos aprendem e observam com naturalidade própria.

Na EJA a maioria dos alunos tem baixo desenvolvimento de aprendizado, o que pode ser esclarecido tendo como razão neurológica ou por diversas causas, como sociedade, cultura ambiente. Nessa perspectiva, Scoz destaca que:

[...] os problemas de aprendizagem não são restringíveis nem a causas físicas ou psicológicas, nem a análises das conjunturas sociais. É preciso compreendê-los a partir de um enfoque multimensal, que amalgame fatores orgânicos, cognitivos, afetivos, sociais e pedagógicos, percebidos dentro das articulações sociais. Tanto quanto a análise, as ações sobre os problemas de aprendizagem devem inserir-se num movimento mais amplo de luta pela transformação da sociedade. (SCOZ, 1994, p. 22)

Muitas são as dificuldades enfrentadas no dia a dia dessas pessoas realidade de cada aluno é diferente, pois convivem num mundo de família, trabalho, grupos diferentes, que exigem responsabilidades tantos familiares e sociais, com valores morais e éticos criados a partir da prática e experiência individual, da sociedade onde vive e da realidade sócio cultural em que estão inseridos. O bom senso da importância pelo dia-a-dia, comum, o saber das ruas, o desafio para encarar as dificuldades do cotidiano confronta com o conhecimento transmitido no conteúdo curricular na escola. É um conhecimento sim, elaborado, mas não é estruturado, não possui o reconhecimento necessário no mundo letrado, e nem sempre o aluno percebe a sua importância.

Para Pechliye e Trivelato (2005, p. 45) o possível erro dos alunos deve ser considerado como parte do processo de construção do conhecimento, porque permite avanços na qualidade do ensino e aprendizagem. Isso se sustenta na afirmativa de Solé e Coll (2006, p. 89) de que não há definição clara para o papel do ensino-aprendizagem na educação devido à multiplicidade e multicausalidade variáveis e imprevistas e, que a construção do conhecimento pelo aluno, depende do que recebeu do professor e ouviu durante o processo de aprendizagem.

No ano de 1971 regulamenta –se o Ensino Supletivo esse grande ensino visando beneficiar os jovens adultos com a Lei nº. 5.692 com a intenção compensação de escolaridade, aprendizagem e competência sinalizando para a profissionalização, foram contemplados com um capítulo específico na legislação oficial. Na sequência, o Parecer do Conselho Federal de Educação nº. 699, publicado em 28 de julho de 1972 e o documento “Política para o Ensino Supletivo” que tiveram como relator Valnir Chagas, explicitaram as características desta Modalidade de Ensino.

[...] o Ensino Supletivo visou se constituir em “uma nova Concepção de escola”, em uma “nova linha de escolarização não-formal, pela primeira vez assim entendida no Brasil e sistematizada em capítulo especial de uma lei de diretrizes nacionais”, e, segundo Valnir Chagas, poderia modernizar o Ensino Regular por seu exemplo demonstrativo e pela interpenetração esperada entre os dois sistemas (HA-DDAD; DI PIERRO, 2000, p. 116)

No entanto o objetivo da EJA é o acolhimento daqueles alunos que buscam oportunidade de frequentar a escola e dar seguimento aos estudos na idade adulta buscando aprimorar conhecimento técnico. Como assim prevê a Constituição Federal de 1988, a Educação de Jovens e Adultos, está assegurada nos artigos 37 e 38: “oportunidades educacionais apropriadas”, de acordo ou segundo as características do alunado; cabendo ao Poder Público estimular ações que mantenham o aluno/trabalhador na escola. Do mesmo modo a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) assevera que os sistemas educacionais ofereçam de forma gratuita, aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

2.2 DIFICULDADES DE CONCIAR ESCOLA E TRABALHO

Conciliar a relação entre Escola e Trabalho exigem esforço e determinação por parte das pessoas envolvidas, pois, consiste em duas dimensões importantes para configurar as oportunidades oferecidas aos jovens, principalmente no que diz respeito a trajetória ou aos percursos prováveis de inserção social e profissional. No Brasil, as ações ligadas a educação e ao mercado de trabalho apresentam diferenças confusas, que fogem da finalidade do estudo. No entanto a conclusão na escola e a inserção no trabalho são consideradas elementos fundamentais da inclusão social na vida adulta para uma parcela significativa da população jovem, principalmente aqueles que necessitam trabalhar para ajudar no sustento da família.

Porém, é preciso refletir sobre determina das questões presentes nas duas dimensões que podem promover ou atrapalhar a inclusão social e profissional dos jovens brasileiros. A inserção laboral na juventude ocorre em circunstancia marcada por mudanças intensas tanto no campo econômico quanto no âmbito tecnológico e no institucional, de modo geral essas mudanças são acompanhadas pela desnormalização da ação desenvolvida pelo Estado e colaboram para aprofundar as desigualdades socioeconômicas, diminuindo as oportunidades oferecidas às camadas menos favorecidas da sociedade.

Ainda que seja destacado o ensino-aprendizagem desenvolvido nas escolas, o insucesso dos alunos dar-se também ao desentrosamento entre aluno/professor que chega muitas vezes apresentar um rendimento insatisfatório, causando assim, a desistência desses indivíduos que acabam enfrentando também a dificuldade na hora de ingressar no mercado de trabalho. Tendo em vista que a educação escolar é o passo mais importante para vida de qualquer indivíduo, para o sucesso na sua vida social e profissional. Essas situações fazem com que as pessoas menos favorecidas economicamente enfrentem mais dificuldades no acesso à escola e também em permanecer nela, constituindo e ampliando cada vez mais o número de homens e mulheres que adentram a modalidade EJA em todo o país. Em conformidade com Ferrari (2011, p. 11)

A maior demanda de jovens pelos cursos de EJA traz, como consequência, a dificuldade de o professor atender num mesmo espaço e tempo diferentes níveis de conhecimento e ritmos de aprendizagens. Em geral, as falas dos professores apontam para aceitação do aluno adulto, reconhecendo e valorizando o esforço diário para permanecer no curso, o esforço para

aprender, para responder às tarefas e a manutenção da relação hierárquica professor x aluno, no respeito com que o adulto trata o mestre.

É comum que o jovem que se encontra desempregado ou já se encontra incluso no mercado de trabalho volte a sala de aula através da EJA, com o objetivo de concluir sua escolaridade objetivando melhores ofertas do mercado de trabalho, o resultado do esforço desses jovens e adultos para superar as dificuldades e o cansaço do dia a dia e a aproveitar as oportunidades, demonstram que para eles trabalho e escola são projetos simultâneos, a inserção na vida produtiva e a transição para o universo do trabalho é um dos processos que marcam a passagem para a vida adulta dessas pessoas, pois, perceberam a necessidade do estudo e a obtenção conhecimento é necessário para que os mesmo obtenha melhor qualidade de vida.

O retorno desses jovens a sala de aula faz-se necessário também que se conheçam as razões pelo qual esse jovem está retornando, pois atualmente esse público está reconhecendo a necessidade e quão é importante a educação em suas vidas, e estão buscando algo muito além do abandono do analfabetismo, por isso, currículo desta modalidade de ensino deve ser específico para trabalhar com os inúmeros conhecimentos que estas pessoas trazem consigo. É necessário prepará-los para que estejam prontos para realização dos seus desejos, estes jovens buscam por melhorar suas condições sociais, como: entrar e um curso universitário e adquirir conhecimentos que o integrem a sociedade.

Sendo assim é imprescindível que os profissionais que trabalham nesta modalidade de ensino busque melhor meios para aplicação das metodologias para ensinar além do necessário para processo de aprendizado dessas pessoas. Diante do exposto, Oliveira coloca que o retorno à escola “significa um marco decisivo no restabelecimento dos seus vínculos com o conhecimento escolar, libertando-os do estigma do analfabetismo e dos sentimentos de inferioridade” (OLIVEIRA, 1996, p 25).

Dessa maneira, a modalidade EJA passa a se firmar como principal meio para o enfrentamento dos problemas do analfabetismo de um grande número de pessoas sem nenhum grau escolarização, pois a formação de pessoas jovens e adultas com capacidades essenciais à vida cotidiana, ao trabalho e à participação cidadã, colabora para a progresso de qualidade de vida.

Na Conferência Internacional de EJA, a UNESCO diz que:

a alfabetização passa ser concebida como: ...conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação; em sentido amplo, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. Existem milhões de pessoas, a maioria mulheres, que não têm a oportunidade de aprender (...) a Alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser requisito básico para a educação continuada durante a vida (UNESCO, 1999, p. 23).

Sendo assim a alfabetização pode ser avaliada como a preparação do analfabeto e de seu aproveitamento como código de entendimento, sendo definida como um método no qual o sujeito constrói a gramática e suas alternâncias, não apenas resumindo-se à obtenção das práticas mecânicas, codificação e decodificação da ação de ler, mas desenvolve a capacidade de compreender, interpretar, criticar e produzir conhecimento. A alfabetização é um fator impulsionador do exercício consciente da cidadania e do desenvolvimento da sociedade, a alfabetização também envolve o desenvolvimento de novas formas de entendimento e uso da linguagem de um modo geral, propiciando a socialização dos sujeitos, possibilitando o estabelecimento de novos tipos de trocas simbólicas com outros, acesso a bens culturais e a oportunidades ofertadas pelas instituições sociais.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), quanto modalidade educacional que acolhe os estudantes que também são trabalhadores, tem como intuito e objetivos e estar comprometido com o desenvolvimento humano e com o acesso à cultura de maneira geral, de modo que os estudantes aperfeiçoem sua consciência crítica, e exerçam maneiras éticas e compromisso político, para o crescimento da sua independência intelectual. A construção curricular para a formação dos educandos da modalidade EJA, tem a função principal de contribuir para que essas pessoas se reconheçam como cidadãos críticos, ativos, democráticos e criativos. Contudo, o artigo 227, discorre:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p. 162)

Além de enfatizar o que a Constituição Federal de 1988 já havia definido no artigo 227, sobre o direito à convivência familiar e comunitária, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 4º, vem confirmar a tese.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p. 22)

Art 53. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 1990, p.44)

[...]

Art. 55. Os pais ou responsável têm obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. (BRASIL, 1990, p. 45)

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

V – obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar. (BRASIL, 1990, p. 73)

As leis vigentes preconizam a integração entre a EJA e a vida cidadã, de modo que cada componente curricular contribua com uma melhor orientação para o trabalho e com a ampliação dos significados das experiências de vida dos alunos. Partindo desse princípio, desta função, a educação precisa voltar-se a uma instrução na qual os educandos inseridos neste processo possam: aprender permanentemente; agir com responsabilidade individual e coletiva; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir do uso metodologicamente adequado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio históricos (KUENZER, 2000, p. 40).

A Educação Jovens e Adultos (EJA), deve ter uma base flexível e ser apto de apreciar conteúdos atualizados e significativos, neste aspecto, há um tempo diferenciado de aprendizagem para cada pessoa, as habilidades e os limites de cada educando necessitam ser respeitados; assim, o desafio destas Diretrizes deveram proporcionar propostas realizáveis para que o acesso, a continuação do educando nos estudos esteja assegurada. Essas conquistas serão viáveis e consolidadas, a partir destas Diretrizes, com políticas públicas e recursos próprios para preservar e melhorar a qualidade do ensino nas escolas e preparar esses educandos para vida profissional.

O papel social da EJA de fato, viabiliza um comprometimento do Estado em atender a este público de maneira continua enquanto existir necessidade, dessa forma, a alfabetização se apresenta como função fundamental para o envolvimento dos educandos jovens, adultos no desempenho escolar, com acesso aos conhecimentos em suas diferentes linguagens. Essas práticas necessitam estar profundamente ligadas às suas precisões, perspectivas e trajetórias de vida, e precisam servir como estímulo para que essas pessoas dêem continuidade aos estudos. Assim, a Lei n. 9394/96 incorpora uma concepção mais ampla e abre outras perspectivas para a Educação de Jovens e Adultos, desenvolvida na pluralidade de vivências humanas. Conforme aponta o artigo 1.º da Lei vigente:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

O aluno da Educação Jovens e Adultos transforma-se em sujeito capaz de construir conhecimento por meio de percepção dos processos de trabalho, de produção de criação, e de cultura, logo, passa a se reconhecer como sujeito do processo e a corroborar com saberes adquiridos para além da educação escolar, na própria vida. Trata-se de uma consistente prova de que esta modalidade de ensino pode permitir a construção e a apropriação de conhecimentos para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania, de maneira que este educando contribuam positivamente através suas experiências socioculturais.

A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas "adultas" pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não-formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos. (Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, V CONFINTEA, UNESCO, 1997, p. 42).

As reflexões desenvolvidas no processo de construção das Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação de Jovens e Adultos, apresentam-se os eixos cultura, trabalho e tempo como planejadores de toda ação pedagógico-

curricular, eixos esses que foram estabelecidos a partir do entendimento de currículo, como método de seleção da cultura e do perfil do educando da EJA. É necessário que haja diálogo entre as partes, e tenha uma abordagem individual considerando que cada um aprende de maneira diferente, a escola deve saber o momento que deve intervir com esses alunos, falando de seu potencial fazendo com que eles sintam -se valorizados, e destacando o quanto o grau de instrução faz diferença na busca para ingressar no mercado de trabalho

De acordo com a história, a educação formal e não-formal dos diversos grupos sociais de trabalhadores tem buscado instruir técnica, social e de acordo com a ideologia para o trabalho, tratando a função social da educação de maneira moderada para responder às necessidades da produtividade, com intuito de estabelecer relação direta da educação com a demanda de trabalho, torna-se essencial entender o significado desse processo na vida dos educandos especialmente os educandos da modalidade EJA, que não tiveram acesso ou seguimento da escolarização na idade própria.

2.3 RELAÇÕES FAMÍLIA E ESCOLA

É importante que a família esteja comprometida no processo ensino-aprendizagem, este comprometimento tende a beneficiar o desempenho escolar, percebe-se desta forma que a interação família/escola é necessária, para que se tenha melhor êxito no desenvolvimento desses educandos que estão buscando melhorar e aprimorar seus conhecimentos, através de caminhos que permitam e facilitem o entrosamento entre si, para o sucesso educacional. Nesse sentido, faz-se indispensável retomar algumas questões no que se refere à escola e à família tais como: suas estruturas e suas formas de relacionamentos, visto que, a relação entre ambas tem sido destacada como de extrema importância no processo formação do ser humano.

Conforme discorre DESSEM e POLÔNIA, “é nela que se constituem as primeiras relações afetivas e sociais e cognitivas, as quais são influenciadas pelas condições materiais históricas e culturais daquele grupo familiar”. A relação família escola deve ser recíproca, afinal essas duas instituições caminham buscando alcançar o mesmo objetivo que é a de formar cidadãos críticos capazes de formar seus próprios pensamentos e realizar seus projetos de vida.

A família de acordo com DESSEM e POLÔNIA:

Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Os acontecimentos e as experiências familiares proporcionam a formação de repertórios comportamentais, de ações e resoluções de problemas com significados universais (cuidados com a infância) e particulares (percepção da escola para uma determinada família). Essas vivências integram a experiência coletiva e individual que organiza, interfere e a torna uma dinâmica, estruturado as formas de subjeção e interação social. E por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando – se por um processo de influencias bidirecional, entre os membros familiares e os diferentes que compõem os sistemas sociais, dentre elas a escola [...]. (DESSEM; POLÔNIA, 2007:22).

Percebe-se então, que experiências familiares ligadas ao trabalho escolar tem um efeito eficaz em relação ao grau de aprendizagem e conseqüentemente do rendimento escolar, confirmado no discurso diário dos professores que os alunos que recebem atenção significativa por parte da família, tendem a apresentar um melhor aproveitamento escolar, diferente daqueles que não recebem atenção adequada apresentam quase sempre desempenho escolar abaixo do esperado. Quando a família se relaciona melhor com a escola, os educandos mostraram uma melhora considerável em seus rendimentos. Delors ressalta:

Os meios da vida, de estudos, por onde circulam os aprendizes são tão importantes quanto às atividades educacionais que abrigam. Sua influência deve-se ao fato de que eles são desigualmente motivadores, diferentemente estimulantes e mais ou menos propícios a aprendizagens significativas. A cultura da instituição, da família e da sociedade é igualmente um fator de ensino. (DELORS, 2005, p. 196)

É sabido que uma diversidade de razões interfere no processo de desenvolvimento e também na aprendizagem, o que conseqüentemente resulta num baixo rendimento escolar, porém, é válido destacar a influência dos fatores ambientais, visto que, ver-se que o ambiente familiar influencia fortemente para o desenvolvimento, rendimento e aprendizado escolar, assim como a escola desempenha papel essencial para o desenvolvimento intelectual e social do aluno. Dessa forma, o ambiente familiar e escolar r no qual o aluno está inserido pode vir a ocasionar um mau desempenho escolar seja por falta de estímulos, estímulo ou qualidade de ensino.

Assim, quando se fala em desempenho escolar, o ambiente familiar não deve ser deixado a segundo plano, mesmo se tratando da educação formal, papel considerado exclusivamente da escola, pois como se sabe o aprendizado tem início muito antes da vida escolar e sabe-se também que ao chegar à escola, o sujeito já traz consigo uma considerável série de conhecimentos, ainda diferenciados em função do meio no qual vive.

A família se transforma por meio da história, mas permanece sendo um princípio de vínculos afetivos onde nasce todo o processo de humanização do indivíduo, por isso um ambiente familiar estável e afetivo contribuir de forma positiva para o bom desempenho na vida escolar, um ambiente familiar deficiente, com problemas sociais e econômicos, tende a levar o educando a ter mau desempenho escolar. Acredita-se que, quando algo não vai bem ao ambiente familiar, o escolar será também de certa forma afetado. Desta maneira, percebe-se que as dificuldades apresentadas pela grande maioria dos educandos é resultante de problemas familiares. Identifica-se então que a família possui papel determinante na educação formal e informal, pois, além de refletir os problemas da sociedade, concentra valores éticos e humanitários e enraíza os laços de solidariedade. Conforme KRAMER:

Finalmente, sabemos que o trabalho conjunto escola – família é um dos maiores desafios de uma proposta pedagógica, na medida em que reflete uma problemática social mais ampla. De lado, a população não sente como seu um espaço público, mas muito ao contrário, considera que a rua, a praça, a praia, o telefone ou a escola pública não são de ninguém. De outro, as pessoas se sentem responsáveis pelas instituições particulares como uma escola, que assim, “deve ser cuidado pelo seu específico”. Nesse sentido, é preciso compreender os fatores sociais e políticos que estão em jogo na relação escola – famílias, não acusando ou culpando os pais quando não participarem da vida escolar e simultaneamente, buscando as formas de aproximá-los da nossa proposta e de aproximarmos – nos de seus interesses (KRAMER, 2002, p. 101-104).

Assim sendo, é fundamental que a família participe da vida escolar dos filhos, pois esses alunos quando percebem que seus pais e/ou responsáveis estão acompanhando seu desempenho e interesse de perto e está ciente de todos os acontecimentos relacionados ao rendimento escolar, indagando como foram as aulas, examinando as tarefas etc. sente-se mais confiante, e em consequência dessas atitudes por parte da família, apresentam melhor desempenho nas atividades escolares, é essencial que a família esteja em conformidade com a instituição

escolar, visto que a relação harmoniosa vem enriquecer e promover o desempenho educacional.

Sendo assim pode-se garantir que a família é fundamental na formação de qualquer pessoa, socialmente, culturalmente, e prepará-lo como cidadão e como ser humano, visto que, todo ser humano faz parte da mais velha instituição social que é a família. Entretanto, ao tratarmos da família relacionando-a com a escola, é necessário se faça um estudo sobre a visão familiar na atualidade, considerando que a família vem passando através dos tempos por um intenso processo de transformação. A família é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, é um entorno constante na vida das pessoas; mesmo que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos como a escola e o trabalho. (EVANGELISTA; GOMES, 2003, p.203)

Partindo do ponto de vista de que a escola é a extensão do lar, pode-se dizer que esta deve intensificar a interação entre criança e a família, o que favorecerá o processo educativo e a formação dos indivíduos. O trabalho da família integrado à escola torna-se essencial para que ambos falem a mesma língua, auxiliando na aprendizagem da criança. É no ambiente escolar que se absorve os valores éticos e humanitários e onde se aprofundam os laços de solidariedade e também em seu interior que se constroem as marcas entre gerações e são observados valores culturais.

O bom relacionamento entre educadores e famílias a ser constantemente contribui muito para o trabalho com as crianças, pois as dificuldades surgidas podem se resolver mais rapidamente e a segurança é maior nas decisões que são tomadas em relação a elas. Cuidados com esta relação podem prevenir alguns problemas que costuma surgir (OLIVEIRA, 2002, p. 118).

Com o avanço da globalização ocorreu inovações na metodologia de ensino, pois não mais se aplica o conhecimento pronto e acabado como antigamente. A maneira tradicional outrora usada, hoje é visto didaticamente como incorreta. A escola hoje trabalha com o intuito de formar cidadãos capazes de desenvolver seus próprios ideais, almejando desta forma, criar indivíduos críticos, que possam lutar por objetivos em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Em todo esse processo é muito importante que a família e escola sejam parceiras,

comprometendo-se com a educação do aluno mantendo-se sempre em ligação, buscando compreender o processo de educação como algo a ser partilhado.

A parceria da família com a escola sempre será fundamental para o sucesso da educação de todo indivíduo. Portanto, pais e educadores necessitam ser grandes e fiéis companheiros nessa nobre caminhada da formação educacional do ser humano. A importância da parceria da família com escola para o processo de ensino/aprendizagem e desenvolvimento cognitivo dos filhos/educandos, a escola nos dias atuais visando maior aproveitamento escolar tem buscado parceria com a família no intuito de contribuir na construção do desenvolvimento e conhecimento os indivíduos em formação, com a participação da família no ambiente escolar de seus filhos observa-se o menor índice de evasão e reprovação desses alunos que são privilegiados com acompanhamento familiar. Segundo PIAGET:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se a uma divisão de responsabilidade [...] (PIAGET, 2007, p. 50).

No entanto a família é que tem a responsabilidade primária de ensinar, para o sujeito em seus primeiros anos de vida: amar, valorizar e respeitar o seu próximo sem se importar com a raça ou classe social em que seu próximo está inserido, ou melhor, preparar o indivíduo para uma nova realidade que ele será incluído que é a escola, onde esse indivíduo desenvolverá a socialização. Daí a escola assume o a responsabilidade de dar continuidade nesse processo de interação já ensinado pela família.

Portanto, a interação entre família escola deve ser constante nas atividades educativas em que o aluno seja o objetivo principal, essas atividades desenvolvidas sempre com a parceria dos pais ajudando, auxiliando, informando, orientando e formando grupos para debater vários tipos de assunto escola e família alcançará grande desempenho social desses filhos/educandos.

Parágrafo único do capítulo VI do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA 1990). É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. A escola como mantém um maior conhecimento científico, deve proporcionar nessa relação todo um

esclarecimento quanto ao aprendizado de forma que esse esforço leve em consideração os aspectos sociais, culturais e que influenciam de forma decisiva no equilíbrio familiar.

A família por sua vez, responsável pelo desenvolvimento social de seus filhos, devem buscar a interação com a escola, questionando, sugerindo, interagindo de forma a fornecer informações e elementos que através de discussões e ampla comunicação com os professores promovam as iniciativas que vão de encontro com as necessidades dos educandos/filhos. Para encurtar os laços entre escola e família é necessário que haja colaboração de ambos os lados. Coll descreve (2004, p. 406)

Que a família é o contexto mais importante nos primeiros anos de vida da criança, ninguém questiona. O saber popular descreve bem tal ambiente, afirmando que as meninas e os meninos adquirem ali as primeiras habilidades: na família, aprendem a ir e a brincar, aprendem os hábitos básicos – por exemplo, aqueles relacionados com alimentação – e outros muito mais complexos – por exemplo, a relacionarem-se com as pessoas.

Portanto, escola e família como parceiras buscam promover tantos os meios que almeja os propósitos pedagógicos quanto aos sociais de forma que as novas estratégias de aprendizagem possam atingir níveis aceitáveis de qualidade educativa.

Diante disso, compreende-se que a relação família e escola têm como responsabilidade interagir entre si para proporcionar o sucesso dos educandos. Esta relação somente pode ser construtiva se estiver baseada no respeito mútuo, na confiança e na aceitação das peculiaridades de cada um.

3. TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO ALUNO DA EJA NO REGRESSO À ESCOLA: ANÁLISE REALIZADA NA ESCOLA CARLOS SARMENTO, DISTRITO DE MIRITITUBA, ITAITUBA-PARÁ

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscou-se relacionar neste estudo a percepção teórica numa abordagem do cotidiano do público entrevistado na pesquisa in loco, caracterizando os fatores de ordem social, cultural e educacional para auxiliar no texto científico. A partir desta investigação científica os conhecimentos elaborados no primeiro e segundo capítulos, possibilitaram um entendimento e compreensão das idéias e informações que estarão relacionados à prática dos personagens envolvidos durante a pesquisa de campo, efetivados através da percepção de Jean Piaget, Gadotti, Di Pierro e dentre outros, dessa linha de estudo. Procurou-se também auxílio nas Leis Federais como Constituição Federal e LDB (Leis de Diretrizes e Bases). Onde o público alvo foi Alunos da Educação de Jovens e Adultos a EJA.

Esta pesquisa teve como objetivo apontar as principais causas da evasão escolar na EJA. A temática que presidiu este artigo é resultado de preocupações ao perceber a quantidade de pessoas que ainda não concluíram o ensino fundamental e por isso não conseguiram se inserir no mercado de trabalho.

Priorizou-se no campo da pesquisa a aplicação das análises exploratória e descritiva, a fim de subsidiar junto as informações dos teóricos a opinião dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Sarmento, localizada no distrito de Miritituba/Pará. Possibilitando compreender as instâncias de ordem técnica e prática de todos os envolvidos na pesquisa, relacionando-os aos resultados da coleta de dados propostos.

Como suporte pedagógico estabeleceu-se as entrevistas com questões fechadas para incluir ao objeto da análise, descrevendo a divisão entre a teoria e a prática. A análise dos resultados foi consolidada na abordagem qualitativa e quantitativa do texto descritivo analítico para melhor compreensão como ações para elucidar as questões norteadoras.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Sarmiento foi construída no ano de 1993 e inaugurada no dia 28 de dezembro deste mesmo ano, na época atendia aos seguintes graus de ensino e modalidade: Ensino Fundamental, Ensino Normal com habilitação para o Magistério e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. A denominação “Carlos Sarmiento” foi uma escolha da primeira turma de Magistério, homenageando o Senhor José Carlos Sarmiento, que contribuiu expressivamente com movimentos sociais, políticos e culturais neste Distrito de Miritituba.

Em 04 de Junho de 2008, a Escola passou por uma ampliação, construção e revitalização, aumentando o número de dependências da Instituição, sendo estas: oito salas de aula, um laboratório de informática, uma sala de coordenação, uma sala de recursos multifuncionais (SRM), uma sala de secretaria, uma sala dos professores, uma cozinha com despensa, uma área coberta com bebedouro e seis banheiros (dois para alunos, dois para alunas e dois para funcionários).

Atualmente, a Instituição funciona com o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos (sendo ensino fundamental menor), com média de idade de 6 a 14 anos e a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, cuja média é de 15 a 73 anos. Possui também, um atendimento para alunos especiais (AEE – Atendimento Educacional Especializado) com o objetivo de inclusão social, atendendo inclusive, alunos especiais de outras escolas visando a inclusão e um melhor aproveitamento destes alunos no ensino regular. O perfil socioeconômico é bem diversificado, mas a maior parte dos alunos encontra-se situada na renda mínima, em torno de 50% dependem dos recursos do Programa Bolsa Família para ajudar na aquisição de materiais e uniformes escolares.

O Conselho Escolar da Instituição tem como Presidente: Professora Lea Maria Ferreira dos Reis e Tesoureiro: Professor Genimorel Rodrigues Aires. Encontra-se em perfeito exercício e agindo dentro da legislação no que se refere ao uso dos recursos financeiros enviados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, através dos Programas: PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola e Programa de Desenvolvimento da Educação – PDE – Integral.

Entre as atividades mais importantes realizadas e em realização na Escola podemos citar: o Programa Novo Mais Educação, que visa impulsionar a melhoria

do desempenho educacional, mediante complementação de carga horária escolar, com as atividades pedagógicas de Língua Portuguesa e Matemática (funcionando como reforço para os alunos com dificuldades nestas disciplinas), e também as atividades de Práticas Circenses, Artesanato e Educação Patrimonial.

Na atual administração do Exm^o Senhor Prefeito Valmir Clímaco de Aguiar. Secretário Municipal de Educação Ilm^o Amilton Teixeira Pinho, a escola tem como Diretora a Ilm^a. Sr.^a Sônia Araújo Ferreira e Vice-Diretor Ilm.^o Sr^o. Claudionor Barbosa da Silva, conta com um corpo administrativo, de apoio e docente constituído por:

- 01 (um) Secretária;
- 02 (dois) Auxiliares de Secretaria;
- 03 (quatro) merendeiras;
- 05 (cinco) Auxiliares de Serviços Gerais;
- 03 (três) vigias • 20 (vinte e três) Professores.

Todos profissionais capacitados e que estão sempre à disposição da comunidade escolar, sempre realizando um bom serviço, zelando pelo bem-estar dos alunos.

3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS

Para entender o perfil do aluno da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é preciso conhecer sua cultura, história seus costumes e também é necessário entender que essa pessoa que se encontra inserido nesta modalidade de ensino passou por diversas experiências de vida e que em algum momento precisou se afastar da escola por motivos sociais, econômicos, políticos e/ou sociais.

Para analisar e demonstrar os dados obtidos através da aplicação do questionário optou-se por apresentá-los em gráficos, após a conversão em percentual. Os dados estão a seguir representados por um gráfico para cada pergunta do questionário feita aos alunos do EJA.

Para compreender o perfil do aluno da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é necessário conhecer sua história, sua cultura, seus costumes e também é preciso entender que o mesmo passou por diferentes experiências de vida e que em algum

momento precisou se afastar da escola por motivos sociais, econômicos, políticos e/ou sociais.

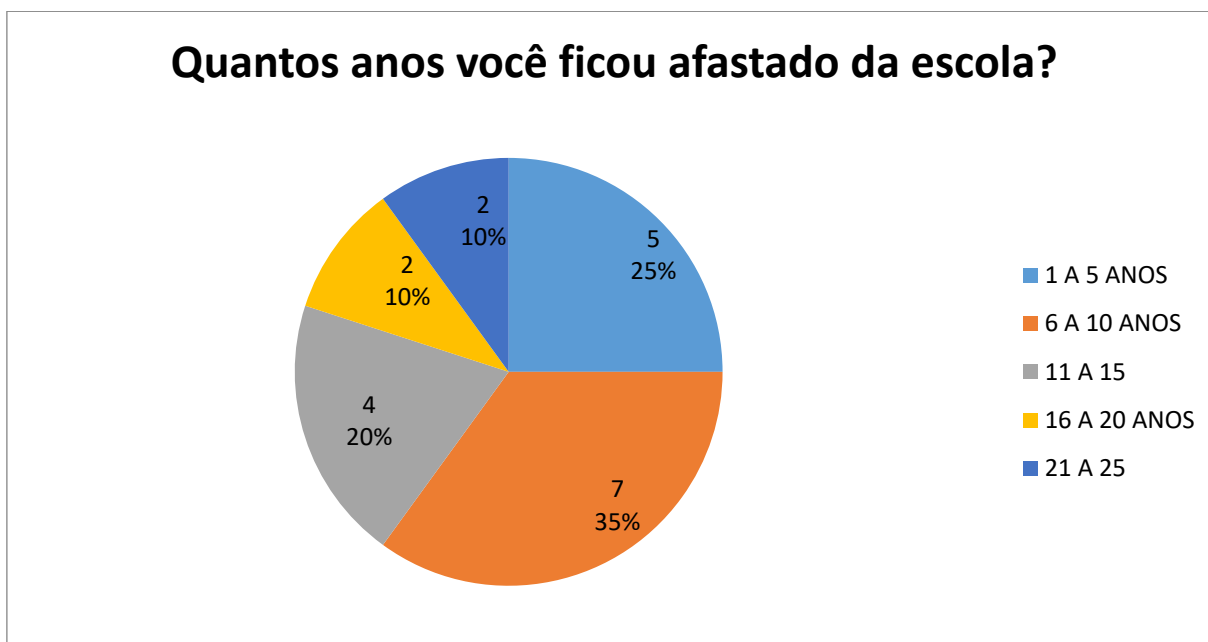
3.4 ANALISES DOS DADOS

O Distrito de Miritituba em investe recursos em programas e projetos voltados a educação de Jovens e Adultos, objetivando trazer esses alunos para as escolas e atingir um índice de 0% de analfabetismo. Os resultados da análise dos questionários serão informados na forma escrita e gráficos, conforme a característica qualitativa ou quantitativa destes dados.

Foram 20 alunos entrevistados, sendo eles 7 do sexo masculino e 13 do sexo feminino. A idade dos participantes corresponde a media de 15 a 35 anos. Estabeleceu-se como critério de seleção dos entrevistados alunos que estudam na modalidade EJA.

3.4 ANALISE DOS DADOS

GRÁFICO 01: Quantos anos você ficou afastado da escola?

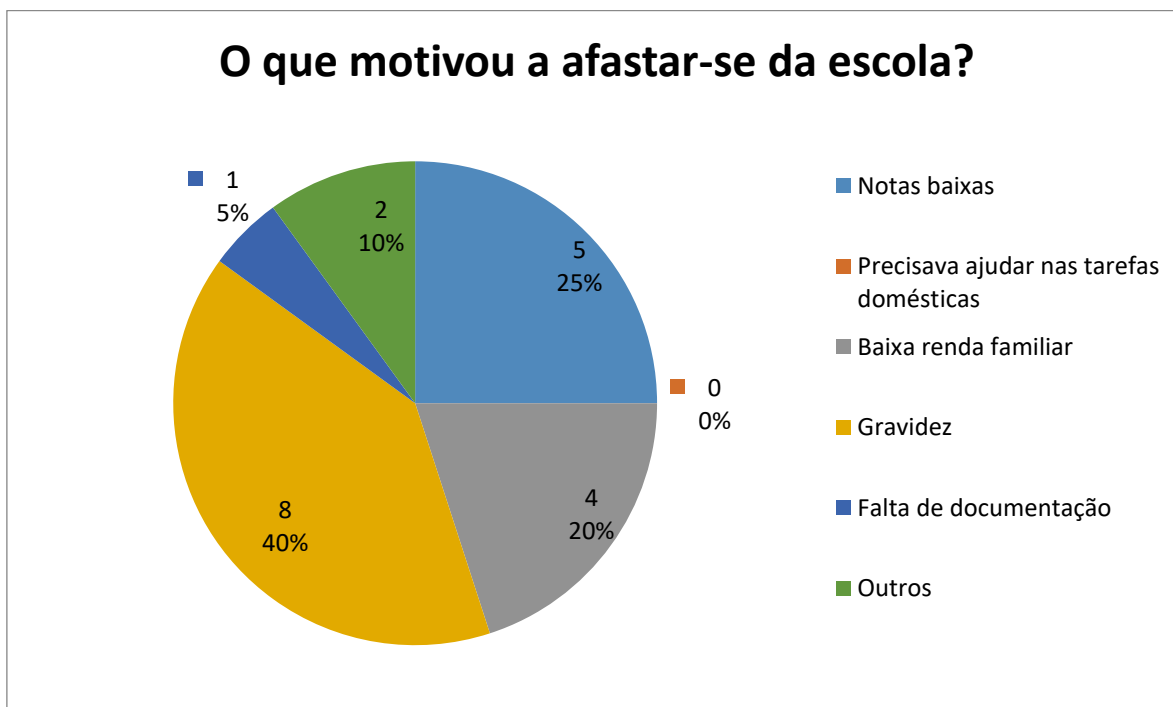


FONTE: Dados da pesquisa (2018)

Quando questionados sobre “antes de iniciar os estudos nesta escola, há quanto tempo ficou afastado da escola”, 25% dos alunos está de 1 a 5 anos sem

estudar, 35% dos entrevistados de 6 a 10 anos sem anos, 20% estão de 11 a 15 anos, 10% de 16 a 20 anos, 10% de 21 a 25 anos fora do ambiente escolar.

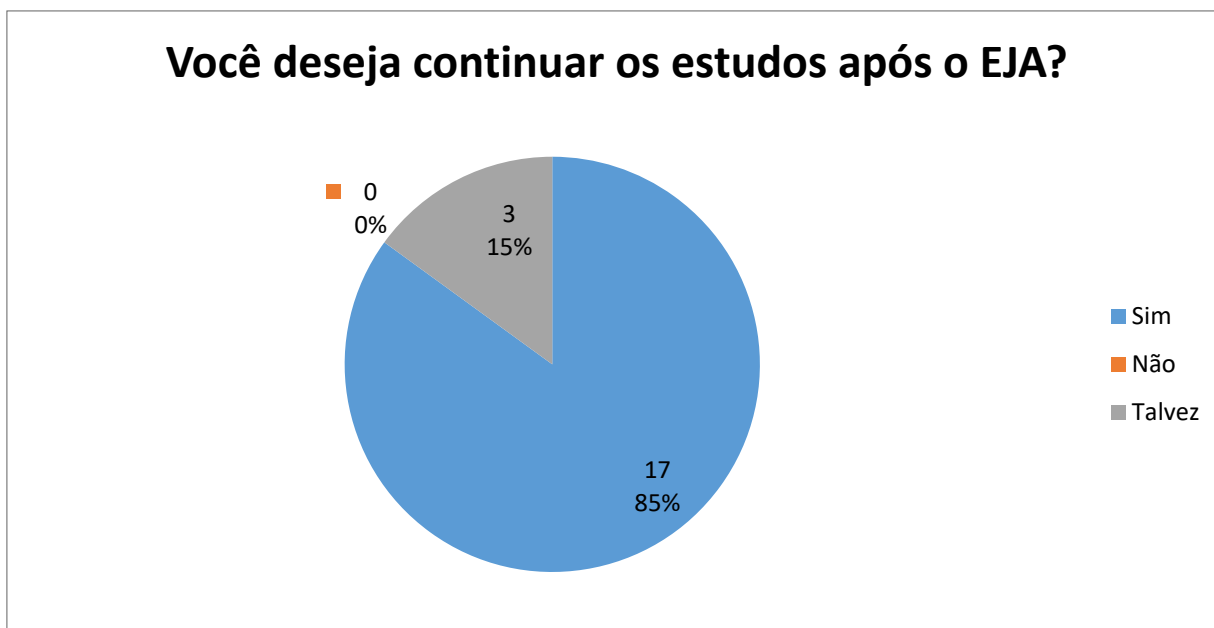
GRÁFICO 02: O que motivou a afastar-se da escola?



FONTE: Dados da pesquisa (2018)

Quando questionados o motivo que os afastou da escola, 25% dos alunos alegaram o fato de ter tirados notas baixas, ou seja, insuficiente para aprovação da série e acabaram desistindo antes do final do ano, 20% afirmaram que por ter uma baixa renda familiar precisaram ausentar-se da escola para ajudar a família, 40% disseram que abandonaram a escola por causa de gravidez não planejada, 5% dos responderam que por falta de documentação não puderam continuar seus estudos, e 10% comentaram que o motivo de terem parado de estudar foi morar longe da escola ou apenas desconheciam a importância desse aprendizado em sua vida e perceberam a necessidade de dar continuidade aos estudos.

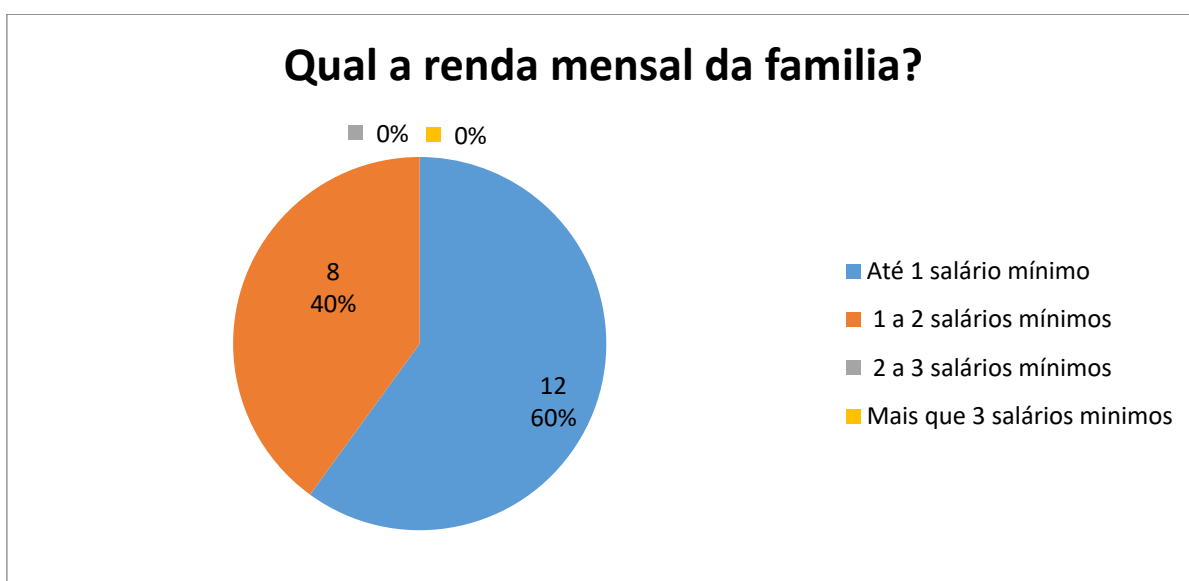
GRÁFICO 03: Você deseja continuar os estudos após a EJA?



FONTE: Dados da pesquisa (2018)

O gráfico 03 esclarece sobre a intenção dos alunos entrevistados sobre dar continuidade aos seus estudos depois do EJA, 85% afirmaram que sim, que darão continuidade em seus estudos, 15% responderam que talvez continuassem a estudar e nenhum dos entrevistado mostrou-se desmotivado a continuar os estudos.

GRÁFICO 04: Qual a renda mensal da família?

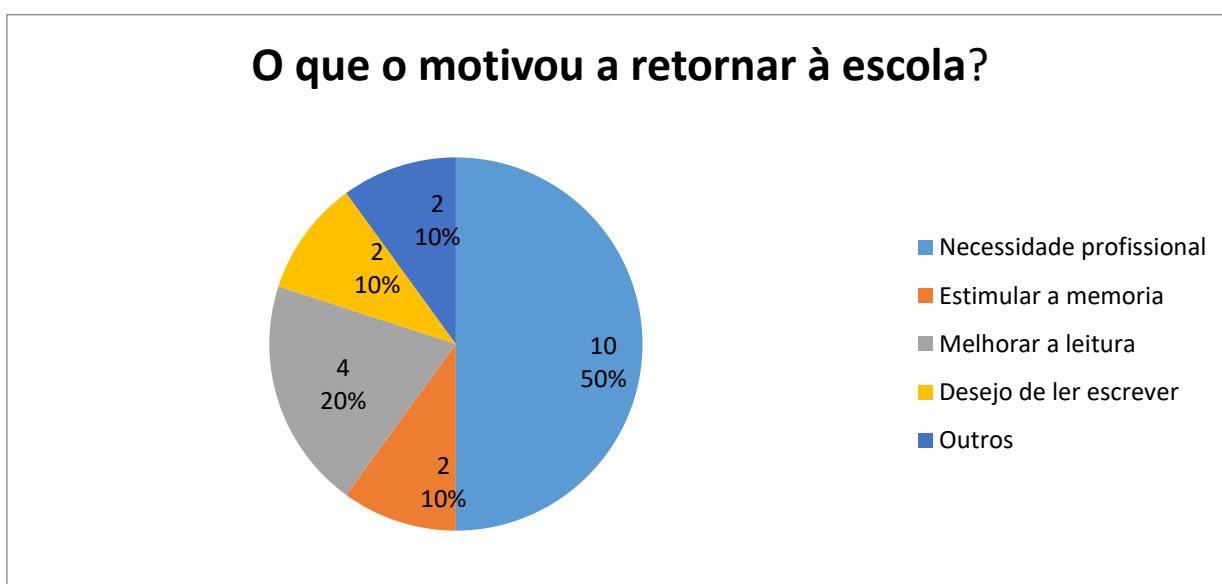


FONTE: Dados da pesquisa (2018)

Quanto à renda mensal dos alunos, a maioria (60%) está com renda media baixa, de até um salário mínimo, 40% com renda de um a dois salários mínimos, nenhum dos entrevistados disse ganhar mais que dois salários mínimos.

Segundo Costa et. al. (2006), homens, mulheres, jovens, adultos ou idosos que buscam a escola pertencem todos a uma mesma classe social: são pessoas com baixo poder aquisitivo, que consomem, de modo geral, apenas o básico à sua sobrevivência: aluguel, água, luz, alimentação, remédios para os filhos (quando os têm).

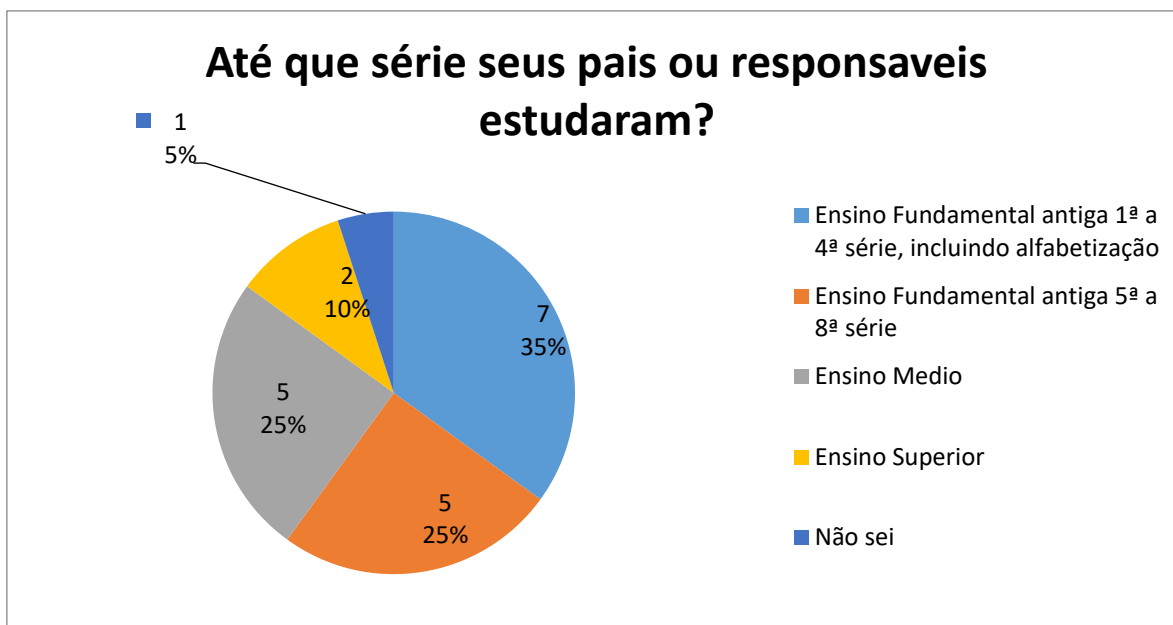
GRÁFICO 05: O que o motivou a retornar à escola?



FONTE: Dados da pesquisa (2018)

No gráfico 05 ao perguntar o que motivou aos alunos a retornarem à escola, 50% afirmaram regressar por necessidade profissional, ou seja, a necessidade de se integrar-se ao mercado de trabalho, 20% responderam que precisavam melhorar a leitura, 10% para estimular a memória, 10% disseram que tinham que melhorar a leitura, 10% o desejo de ler e escrever, e 10% alegaram diversos motivos como: melhorar sua autoestima, expressar-se melhor, e etc.,

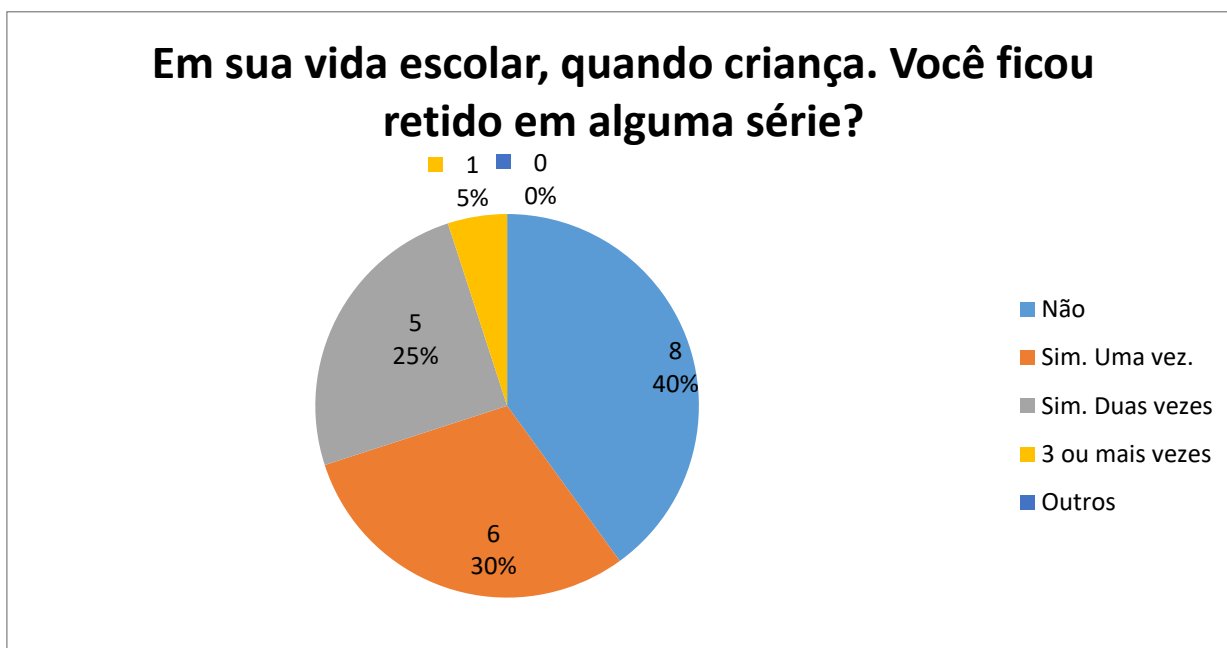
GRÁFICO 06: Até que série seus pais ou responsáveis estudaram?



FONTE: Dados da pesquisa (2018)

No gráfico 06 ao entrevistar os alunos a respeito da escolaridade de seus pais 35% responderam que seus pais ou responsáveis estudaram Ensino Fundamental antiga 1ª a 4ª série, incluindo alfabetização, 25% Ensino Fundamental antiga 5ª série, 25% Ensino Médio, 10% Ensino Superior e 5% disse não saber a escolaridade dos pais.

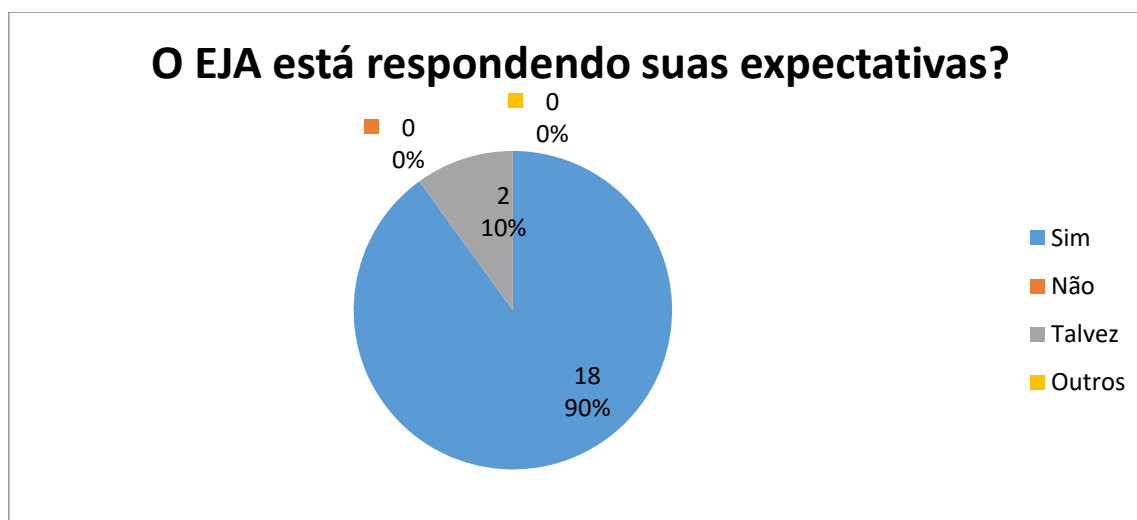
GRÁFICO 07: Em sua vida escolar quando criança. Você ficou retido em alguma série?



FONTE: Dados da pesquisa (2018)

Quando os alunos foram questionados se já ficaram retidos em alguma série quando criança, 40% dos discentes afirmaram não ter ficado retido em nenhuma série, 30% confirmaram que sim, uma vez, 25% declararam que ficaram retidos por 2 vezes, 5% admitiram que ficaram retidos mais de 3 vezes.

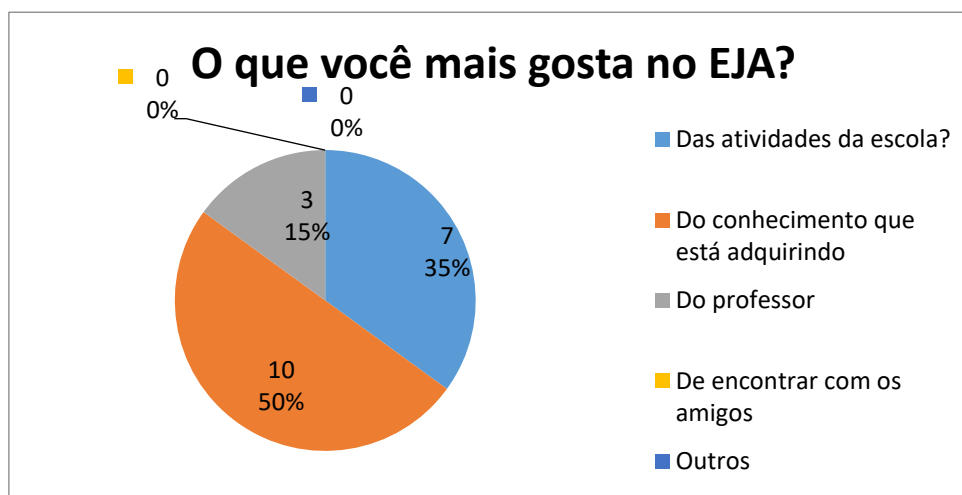
GRÁFICO 08: A EJA está respondendo suas expectativas?



FONTE: Dados da pesquisa (2018)

No gráfico 08 podemos perceber que dentre os alunos pesquisados, 90% responderam que o EJA está respondendo as suas expectativas em relação à maneira que vem ocorrendo todas as atividades desenvolvidas no ambiente escolar, 10%, disseram que talvez, pois é difícil assimilar os conteúdos apresentados devido à idade.

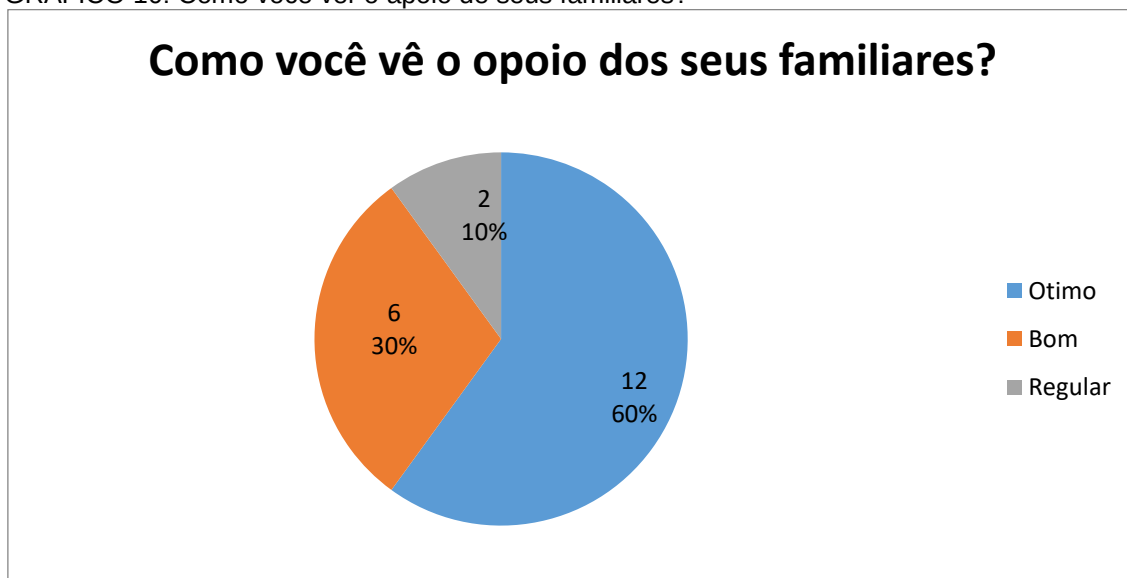
GRÁFICO 09: O que você mais gosta na EJA?



FONTE: Dados da pesquisa (2018)

Ao serem questionado sobre o que mais gostam no EJA, 35% diz gostar das atividades escolares, 50% dos conhecimentos que estão adquirindo, 15% afirmam que a afinidade com o professor ajuda bastante no aprendizado.

GRÁFICO 10: Como você vê o apoio de seus familiares?



FONTE: Dados da pesquisa (2018)

De acordo com o gráfico 10 dos alunos entrevistados 60% responderam como ótimo o apoio dos familiares que sentem-se motivados a estudar, 30% alegaram o apoio dos familiares como bom e somente 10% dos entrevistados disseram não ter motivação por parte da familiares, o que torna mais difícil a trajetória escolar desses educandos e sua a permanência na escola.

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi conhecer o perfil e os desafios dos discentes da Educação de Jovens e adultos na Escola Carlos Sarmiento, localizada no distrito de Miritituba/Itaituba – PA, a partir de problemáticas que permeiam as práticas pedagógicas, enfatizando no discente sua singularidade, sua especificidade social, suas expectativas e limitações, no que se refere à educação e quais os desafios e problemas enfrentados.

Uma característica frequente do (a) aluno (a) é sua baixa autoestima, muitas vezes reforçada pelas situações de insucesso escolar. A sua eventual passagem pela escola, muitas vezes, foi marcada pela exclusão e/ou por inúmeras adversidades escolares. Com um desempenho pedagógico anterior comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma auto-imagem fragilizada, expressando sentimentos de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem.

Alunos do EJA são alunos que perderam parte de sua autoestima mediante as dificuldades no decorrer de sua vida. Sem este brio o aluno cria um sentimento de inferioridade com relação aos colegas e com o professor influenciando no rendimento escolar do aluno, cabe então ao professor o grande desafio de encontrar meios de fazer com que todos esses alunos acreditem em si mesmos ganhando autoconfiança.

Portanto, conclui-se que com a abrangência do assunto e o quanto já vem sendo discutido, pretendeu-se fazer um recorte dos aspectos sociais desse público, buscando fontes de autores que referenciam os motivos da evasão escolar, relacionando com algumas variáveis como condições socioeconômicas, Repetências, Falta de motivação, *Déficits* na administração educacional, Professores inaptos para exercer a profissão. Para isso, foram usadas nesse estudo pesquisas bibliográficas, e pesquisa de campo a fim de identificar e salientar as atribuições e responsabilidades de cada componente envolvido em questão, buscando entender e minimizar o abandono escolar.

BIBLIOGRAFIA

BELLO, José Luiz de Paiva. **Movimento Brasileiro de Alfabetização** - MOBRAL. História da Educação no Brasil. Pedagogia em Foco, Vitória, 1993

Brasil. ([197-?]). Projeto Minerva. Rio de Janeiro: Serviço de Radiodifusão Educativa.

Brasil. ([197-]). Projeto Minerva. Rio de Janeiro: Serviço de Radiodifusão Educativa.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.: Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996...- Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2002.

Brasil. (1973). Projeto Minerva fascículo 1. Rio de Janeiro: Serviço de Radiodifusão Educativa –MEC

BRASIL. Lei n. º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN

CIASCA, Sylvia Maria. Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação Interdisciplinar. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2003.

CORAZZA, Maria Aparecida e MAZZILLI, Sueli. Revista do Programa Alfabetização Solidária/Programa Alfabetização Solidária: contribuições para o debate. v.2, n.2, jan/jun., 2002. São Paulo: UNIMARCO, 2002.

CORRÊA, Luis Oscar Ramos. Fundamentos Metodológicos em EJA I.Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008

COUTINHO, Mariza. *O Minerva é cultura para todos*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 03 out. 1971. primeiro caderno p.44. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br>, acesso em: 21/10/2013

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana Costa da. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Universidade de Brasília, Distrito Federal Brasil. Paidéia, 2007

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Cadernos CEDES.V.21,n 55.Campinas, 2001.

DELORS, J. (org.) Educação para o século XXI. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ESCOBAR, Floriano José Prado. A Fundação Mobral e alguns registros sobre sua presença em Sorocaba-SP.2007. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, São Paulo, 2007.

EVANGELESTA, F; GOMES, P. de T. (orgs) Educação para o pensar. Campinas: Alínes, 2003.

FERRARI, S. C. O aluno de EJA: jovem ou adolescente? 2011.

FRANCO, A. O caráter inovador dos Programas da Comunidade Solidária. *Estratégias inovadoras de parceria no combate à exclusão social*. Avaliação, diálogo e perspectivas. Brasília: Comunidade Solidária-Pnud-UNESCO, 2000.

FRANCO, A. Construindo uma nova relação Estado-Sociedade. A experiência do Conselho da Comunidade Solidária Draft-paper, 3ª versão. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 1998.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José (orgs.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez: Instituição Paulo Freire, 2010.

HADDAD, S; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira Educação, Rio de Janeiro, n. 14, ago. 2000.

HADDAD, SÉRGIO and DI PIERRO, MARIA CLARA Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos. *São Paulo Perspec.*, Mar 2000, vol.14, no.1, p.29-40. ISSN 0102-8839

HAGE, S. M. Educação de jovens e adultos, analfabetismo e compromisso social: análise da experiência educativa do projeto alfabetização cidadã na transamazônica. UFPA, 2001.

KRAMER, Sonia (org.); PEREIRA, Ana Beatriz Carvalho; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos; ASSIS, Regina de. *Com a Pré-Escola nas Mãos - Uma Alternativa Curricular para a Educação Infantil*. São Paulo: Ática, 14. ed., 2002, p. 101-104.

KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

KRASILCHIK, Myriam. *Prática de Ensino de Biologia*. 3ª ed. São Paulo: Harbra, 1996.

Maciel, L. S. (2008). O Curso Supletivo "João da Silva" e o ensino da Matemática: pioneirismo em teleeducação. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá. LOPES, S. P.; SOUSA, L. S. Educação de Jovens e Adultos: Uma Educação Possível ou Mera Utopia? Revista Alfabetização Solidária (Alfasol), v. 5, mar. 2005

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Alfabetização Solidária. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em:
MILANEZ, Liana (org). Rádio MEC: herança de um sonho. Rio de Janeiro: ACERP, 2007

Milanez, L. (. (2007). Rádio MEC: Herança de um sonho. Rio de Janeiro: ACERP

NOSELLA, Paolo. **A Educação e o Mundo do Trabalho: da Sociedade Industrial à Sociedade Pós-Industrial**. In: STEPHANOU, Maria (org.), BASTOS, Maria (org). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III – Século XX. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, M. C. Metamorfose na construção do alfabetizando pessoa. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS. 1996.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2007.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. A informação no rádio: os grupos de poder e determinação de conteúdo. 4º edição. São Paulo: Summus, 1985.

PAÍN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas: 1985.

PECHLIYE, Magda Medhat; TRIVELATO, Silvia Luzia Frateschi. Sobre o que professores de ecologia refletem quando falam de suas práticas. Revista Ensaio. São Paulo, v. 7, n. 2, p. 1-16, 2005.

PIAGET, Jean. **Para onde à educação**. Rio de Janeiro. José Olímpio, 2007.

SOLÉ, Isabel. COLL, César. Os professores e a concepção construtivista. In: COLL, C., MARTÍN, E., MAURI. T., MIRAS, M., ONRUBIA, J., SOLÉ, I. e ZABALA, A. O construtivismo em sala de aula. São Paulo: Editora Ática. 2006.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs). Histórias e Memória da Educação no Brasil. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.

SCOZ, Beatriz Judith Lima. Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1994

SCOZ, B. Psicopedagogia e realidade escolar, o problema escolar e de Aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1999

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e cultura como práticas de significação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. O currículo como fetiche. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000A, p. 3-25.

SOARES, Leôncio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

SOARES, Leôncio José Gomes. (1996). A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. Revista Presença Pedagógica, v.2, nº11, Dimensão, set/out.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.

TRAVERSINI, C. Debite um analfabeto no seu cartão: a solidariedade como estratégia para alfabetizar a população e desresponsabilizar o Estado. In: UNESCO. Conferência Internacional de EJA. Alemanha, Hamburgo, 1999

UNESCO – (1996). Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Tradução portuguesa. Rio Tinto: Asa. UNESCO/UNICEF/PNUD/FNUAP. (1999) – Informe Subregional de América Latina: Evaluación de educación para todos en el año 2000. Santiago do Chile: UNESCO.

UNESCO – Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Tradução portuguesa. Rio Tinto: Edições ASA ,1996

VIEIRA, M. C. Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28, 17-19 de outubro de 2005, Caxambú. *Anais...* Caxambu, 2005.

TERRIN, A. N. (2004). O rito: antropologia e fenomenologia da ritualidade. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo, Paulus. ZARAGOZA, José Manuel Esteve. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: EDUSC, 1999. Aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 199

ANEXOS

**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIOR DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

Este questionário tem como finalidade contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO ALUNO DA EJA NO REGRESSO À ESCOLA: Análise na Escola Carlos Sarmiento, Distrito de Miritituba, Itaituba-Pará.

QUESTIONÁRIO DO ALUNO

1. Identificação:

1.1 Idade: _____

1.2 Sexo: () masculino () feminino

1- Quantos anos você ficou afastado da escola?

() 1 a 5 anos

() 6 a 10 anos

() 11 a 15 anos

() 16 a 20 ANOS

() 21 a 25 anos

() outros

2- O que motivou a afastar-se da escola?

() Notas baixas

() Precisava ajudar nas tarefas domésticas

() Baixa renda familiar

() Gravidez

() Falta de documentação

() outros

3- Você deseja continuar os estudos após a EJA?

() Sim

() Não

() Talvez

4 Qual a renda mensal da família?

- ☐ Até 1 salário mínimo
- ☐ 1 a 2 salário mínimo
- ☐ 2 a 3 salário mínimo
- ☐ Mais que 3 salário mínimo

5- O que o motivou a retornar à escola?

- ☐ Necessidade profissional
- ☐ Estimular a memória
- ☐ Melhorar a leitura
- ☐ Desejo de ler e escrever
- ☐ Outros

6- Até que série seus pais ou responsáveis estudaram?

- ☐ Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, incluindo Alfabetização
- ☐ Ensino Fundamental de 5ª a 8ª
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Não sei

7- Em sua vida escolar quando criança. Você ficou retido em alguma série?

- ☐ Não
- ☐ Sim. Uma vez
- ☐ Sim. Duas vezes
- ☐ 3 vezes ou mais
- ☐ outros

8- A EJA está respondendo suas expectativas?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez
- ☐ Outros

9- O que você mais gosta na EJA?

- ☐ Das atividades da escola
- ☐ Do conhecimento que está adquirindo
- ☐ Do professor
- ☐ De encontrar com os amigos
- ☐ Outros

10- Como você ver o apoio de seus familiares?

() Bom

() Regular

() Muito bom